

★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★

ZERO

Curso de Jornalismo da UFSC - Florianópolis - 24 de fevereiro de 2006 - Ano XXI - Número 3



Foto do ano do World Press Photo registra o drama da fome na Nigéria



Ícone do *new journalism* faz 40 anos. Capote vira filme e ganha reedições

NOVAS VELHACARIAS

INTOLERÂNCIA

*Fundamentalistas protestam
(e morrem)
contra a imprensa*

*O fotógrafo que perdeu sua
cidadania.
Para o Estado e seu patrão*

*Escritor cobra
direito de resposta.
De uma resenha. E de um blog!*



O Espírito Santo está de volta ao noticiário nacional com mais um escândalo. Repleto de casos que envolvem crime organizado, tráfico de drogas, corrupção em diversas esferas do poder e assassinatos, o Estado pode adicionar à sua lista uma grave ameaça à liberdade de imprensa. Em dezembro do ano passado, descobriu-se que a central de celular das redações da Rede Gazeta (jornal A Gazeta, Rádio CBN, TV Gazeta e sítio Gazetaonline), da capital Vitória, foi vítima de escuta ilegal. Vítima de grampos realizados pela Polícia Civil estadual com autorização da Justiça.

O fato tornou-se público graças a uma denúncia conjunta da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e do Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo em 9 de dezembro. Dias antes, o sindicato capixaba recebeu uma encomenda anônima que continha documentos do processo judicial que investiga o assassinato do juiz Alexandre Martins de Castro Filho, morto a tiros em março de 2003 a mando do crime organizado. Os papéis revelavam que o Núcleo de Repressão a Organizações Criminosas (Nuroc), órgão da Polícia Civil responsável pelo inquérito, solicitou permissão ao Tribunal de Justiça para gravar as ligações da central da Rede Gazeta, empresa que possui dois jornais diários, três TVs abertas, uma TV a cabo, quatro rádios e um portal na internet. No total, foram três fases de escutas, com mais de seis mil ligações interceptadas. Conversas obtidas nas duas últimas etapas (entre março e abril de 2005) foram gravadas em CDs. Inicialmente eram apenas dois discos, destruídos em dezembro no TJ por causa de uma determinação judicial. Em fevereiro, surgiram mais cinco, que tiveram o mesmo destino.

A encomenda anônima que o Sindijor recebeu trazia cópias de dois CDs. De acordo com a presidente, Suzana Tatagiba, foram ouvidas oito ou nove conversas no máximo para certificar-se da veracidade do conteúdo. "A gente ouviu e constatou que eram jornalistas, todos se identificam dizendo 'Olha, eu sou do jornal, da tv, da rádio' e conversam com as fontes", descreve. As duas cópias e a documentação foram levadas a Brasília por Sérgio Murillo de Andrade, presidente da Fenaj, que as entregou ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. As informações relacionadas aos números dos telefones e aos horários das conversas se encontravam em um papel timbrado do governo do Estado feito pelo sistema Guardiã, que pode grampear até três mil telefones simultaneamente.

Com as provas em mão, a bomba logo estourou. Antonio Carlos Leite, diretor de redação do jornal *A Gazeta*, recorda que a reação inicial na empresa foi de susto e incredulidade, pois não havia rumores no meio jornalístico sobre os grampos. O próprio diretor confessa que não acreditou nesta informação ao recebê-la na manhã de 9 de dezembro. A certeza só veio no fim da tarde com a denúncia da Fenaj. Leite critica o acobertamento intencional do caso: "A polícia, a Justiça, todo mundo no governo sabia do grampo, mas não entraram em contato com a Rede Gazeta". Rodney Miranda, secretário de Segurança Pública, pediu demissão três dias depois por causa da repercussão do episódio. Em seu lugar, entrou Evaldo Martinelli, ex-diretor-geral do Departamento Estadual de Trânsito (Detran).

Na metade de janeiro, a Polícia Civil divulgou o resultado do inquérito sobre o episódio e responsabilizou um funcionário da operadora de celulares Vivo, que teria digitado o número errado e o incluiu na relação dos telefones grampeados. O telefone rastreado deveria ser o da loja Telhauto Material de Construção. Localizada em Vila Velha, cidade da Grande Vitória, ela seria uma firma de fachada ligada ao traficante Fernandes de Oliveira Reis, o Fernando "Cabeção", que é acusado de colaborar na morte do juiz Castro Filho. A diferença entre as duas linhas seria de apenas um dígito. A polícia alega que grampeava a central de celular da Gazeta (o número é 9944-6352 e pertence à empresa desde 2001) pensando que interceptava o celular da Telhauto (9944-6362). O detalhe é que a firma tem telefone fixo, que consta na lista telefônica. Ou seja, uma simples consulta evitaria a "confusão". Para conseguir mais informações so-

O estranho GRAMPO NA IMPRENSA

bre o inquérito, a reportagem do *Zero* tentou obter o relatório, mas não teve permissão, pois se trata de assunto sigiloso.

O diretor Leite não perdoa a investigação: "Não responde nada. Não se sabe se houve um erro realmente", ataca. A Fenaj classificou a conclusão policial de absurda e alertou para o risco de o caso terminar em pizza. Como argumentos, Suzana Tatagiba, presidente do sindicato capixaba, cita as incoerências apresentadas. Entre os documentos do processo, ela conta que havia uma lista da Vivo que exibia o nome dos donos dos telefones solicitados para a interceptação. "Pelo menos na lista que nós recebemos, a Vivo mostra que o telefone pertencia à Gazeta. Mesmo assim, os grampos ocorreram", relata. E não foi só isso. "Houve o pedido inicial, depois tinha um documento com a prorrogação do grampo", alerta. No entanto, os delegados que pediram o rastreamento e a ampliação de seu prazo (Fabiana Maioral, Cláudio Victor e Danilo Bahiense) garantiram que nem sequer

ouviram as gravações.

O sindicato questiona se os investigadores não conheceriam o verdadeiro alvo dos grampos. A polícia se defende: o documento da Vivo com os proprietários das linhas só teria chegado um mês e meio depois do primeiro grampo, que aconteceu em agosto de 2004. Mesmo tendo a lista, as escutas não pararam. Um novo ofício encaminhado à operadora Vivo em 22 de março de 2005 solicitou nova interceptação, que começou dois dias depois. O diretor de redação de *A Gazeta*, Antonio Carlos Leite, destaca que, na véspera da segunda etapa dos grampos, a Secretaria de Estado de Segurança Pública revelou que um dos suspeitos de participar na morte de Castro Filho era o juiz Antônio Leopoldo Teixeira. A partir deste ponto, Leite expõe suas desconfianças e conta que vários repórteres da Rede Gazeta ligaram para fontes da polícia e da Justiça para apurar esta informação. A movimentação na central telefônica foi grande naquele período. "Havia um interesse em nos ouvir", sugere o diretor, que não descarta a hipótese de que alguns integrantes da polícia estariam utilizando o grampo para "fins menos nobres".

Porém, a acusação ao juiz Leopoldo fez com que os procedimentos da polícia fossem repassados em 28 de março ao Tribunal de Justiça, como determina a Lei da Magistratura. O desembargador Pedro Valls Feu Rosa passou a ser o relator do caso e solicitou à Vivo a terceira fase dos grampos em 11 de abril. Quando houve a denúncia do caso, Rosa também alegou que não sabia que o número era, na verdade, da Gazeta. A última etapa ocorreu entre 11 e 25 de abril. Um fato chama a atenção: no dia 14, o Tribunal de Justiça enviou ao Ministério Público o relatório do inquérito do caso Castro Filho e determinou o fim das apurações. Os grampos continuaram por mais 11 dias mesmo com as buscas já terminadas. Para Suzana Tatagiba, o caso dos grampos na Rede Gazeta é inadmissível. "No Estado Democrático de Direito em que vivemos, como você pode usar aparatos da época da repressão? Acho que nem a ditadura militar usou tantos recursos quanto se tem usado agora. Hoje tudo é escuta", ataca.

Acusada, a Vivo se calou e não divulgou nota alguma à imprensa sobre a citação de seu nome no inquérito policial. A assessoria da empresa esclareceu por e-mail que não vai se manifestar até que a investigação esteja definitivamente concluída, mesmo que isso leve vários meses. Os motivos apresentados são, no mínimo, irônicos: "respeito e observação às obrigações legais de confidencialidade e sigilo que caracterizam sua atividade". O funcionário do suposto erro, que continua na Vivo e se chama Maria Messias, não tem permissão para conceder entrevistas.

Quem não gostou do silêncio da Vivo foram a Fenaj e o Sindijor. "Como é que ela tem uma concessão pública e pode fazer um negócio desses? Se ela não errou, que ela venha a público", protesta Suzana Tatagiba. As entidades solicitaram ao Ministério Público Federal, no começo de fevereiro, a abertura de uma ação civil pública de reparação de danos à sociedade contra a operadora telefônica.

Ilegalidade é a nova ameaça à liberdade de imprensa no Espírito Santo



Rodney Miranda: renúncia ao cargo

Rodrigo Schmitt

ZERO

ANO XXI - Nº 3 - FEVEREIRO/2006 - Jornal-laboratório do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina **Apoio:** LabFoto, LabInfografia, LabRádio, Núcleo de Projetos Editoriais, Professor Áureo Moraes **Colaboração:** Apufsc, Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte de Florianópolis **Direção de Arte e de Redação:** Professor Ricardo Barreto **Edição:** André Vendrami, Felipe Mendes, Tatyana Azevedo, Wladimir D'Andrade **Editoração eletrônica e circulação:** Rodrigo Schmitt **Editores-sêniores:** André Vendrami, Rodrigo Schmitt, Tatyana Azevedo, Wladimir D'Andrade **Fotografia:** Daniela Cucolicchio, Gustavo Bonfiglioli, Leonardo Miranda **Laboratório fotográfico:** Filipe Speck, Marcelo Rafael, Tatyana Azevedo **Serviços editoriais:** *A Notícia*, Associação Mundial de Jornais, BBC Brasil, *CartaCapital*, Centro de Mídia Independente, Click RBS, *Diário Catarinense*, *Folha de São Paulo*, *Gazeta Online*, *Globo Online*, *Jylland-Posten*, *Newsweek*, *O Estado*, *O Estado de São Paulo*, World Press Photo **Textos:** Alexandre Brandão, André Vendrami, Cauê Oliveira, Felipe Mendes, Gustavo Bonfiglioli, Luna D'Alama, Rodrigo Schmitt, Tatyana Azevedo, Wladimir D'Andrade **Tratamento de Imagens:** André Vendrami, Rodrigo Schmitt, Wladimir D'Andrade **Impressão:** *Diário Catarinense* **Redação:** Curso de Jornalismo (UFSC-CCE-JOR), Trindade, CEP 88040-900, Florianópolis, SC, Brasil **Telefones:** 55(48) 3331-6599, 3331-9490, 3331-9215 **Fax:** 55(48) 3331-9490 **Sítio:** www.zero.ufsc.br **E-mail:** zero@cce.ufsc.br **Circulação:** Nacional, gratuita e dirigida **Tiragem:** 5.000 exemplares **Deadline:** 24 de fevereiro de 2006



Melhor Peça Gráfica
I, II, III, IV, V e XI Set Universitário - PUC-RS
88, 89, 90, 91, 92 e 98

e-ZERO

3º Melhor
Jornal-laboratório do Brasil
Expocom 94

Melhor Jornal-laboratório
1 Prêmio Foca
Sind. dos Jornalistas de SC - 2000

Impunidade ronda investigação

Fenaj e sindicato apontam falta de isenção na apuração e pedem federalização do caso

A Federação Nacional dos Jornalistas e o Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo estão cada vez mais inconformados com as apurações e a falta de isenção da Polícia Civil. O risco de impunidade do caso dos grampos na Rede Gazeta assusta, mas Evaldo Martinelli, novo secretário estadual de Segurança Pública, defende o trabalho da polícia: "Eu acredito na isenção desta apuração. Agora, quem se achar insatisfeito, quem achar que não houve isenção, quem achar que a apuração não foi boa, que peça o que quiser pedir, inclusive a federalização".

A presidente do sindicato capixaba Suzana Tatagiba conta que as ações das autoridades estaduais agora se concentram em apurar quem passou as informações para a imprensa em vez de descobrir os responsáveis pelo crime da escuta ilegal.



Bastos: aguarda solicitação

"Como as investigações estavam em sigilo de justiça, estão querendo saber quem vazou a informação", avisa. Para que haja uma apuração melhor do episódio, a Fenaj e o Sindijor defendem a federalização das investigações. No entanto, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, declarou que as investigações sobre as escutas ilegais serão de responsabilidade da polícia estadual. As instituições do governo federal só ajudarão se houver solicitação do governo do ES, que não o fez até agora. O Zero tentou entrar em contato por telefone e e-mail com a assessoria de imprensa do governador Paulo Hartung (PMDB), mas não obteve retorno.

A solução encontrada partiu do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que criou uma comissão especial para acompanhar as investigações da polícia estadual. Vão integrar o grupo representantes de vários órgãos como o Ministério Público Federal, o Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça do Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa



Lopes: vai integrar comissão

Observador da ONU vê agravante

(ABI). A deputada federal Iriny Lopes (PT-ES), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, também participará da equipe, que funcionará por 90 dias. O tempo de trabalho pode ser prorrogado, de acordo com a necessidade dos integrantes, que deverão conversar com autoridades públicas, interrogar testemunhas e requisitar informações e documentos. Além disso, o grupo precisará apresentar relatórios parciais durante os trabalhos.

A pedido da parlamentar Lopes, o jurista colombiano Gustavo Gallón, observador internacional da ONU, veio em fevereiro ao Espírito Santo buscar informações sobre os grampos e a morte do juiz Alexandre Martins de Castro Filho. Especialista em direitos humanos, Gallón considera um agravante a interceptação telefônica na Rede Gazeta durante as investigações do homicídio.

O conselho federal também formou uma outra comissão, que fará sugestões ao anteprojeto de lei do Ministério da Justiça que estabelece novas regras para a realização de interceptações telefônicas e está em fase de conclusão. Especulava-se que jornalistas que publicassem trechos de conversas obtidas através de grampos poderiam receber multas ou pegar até três anos de prisão. As penas se aplicariam mesmo se os rastreamentos tivessem autorização judicial. No entanto, o ministro da Justiça desmentiu essa informação. Matérias da imprensa também cogitaram a possibilidade de que gravações de entrevistas sem o conhecimento das fontes e a utilização das informações nas matérias passariam a ser crime também, passíveis do mesmo tipo de punição.

Escuta aumenta desconfiança no Estado

O episódio dos grampos na Rede Gazeta reforçou a falta de confiança nas instituições capixabas. Ao invés de esclarecimentos, elas trouxeram mais suspeitas. O resultado? Inúmeras críticas. Sérgio Murillo de Andrade, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, resume a sensação de descrédito: "A Fenaj não acredita na isenção das autoridades públicas do Espírito Santo para conduzir as investigações". Por este motivo, achou desnecessário conversar com integrantes do governo estadual.

A versão da Polícia Civil que responsabiliza o funcionário da operadora Vivo pelo erro não convence o jornalista. "O criminoso é o mordomo", ironiza. E sobram ataques contra a omissão do governo estadual, que estaria mais preocupado em descobrir os responsáveis que vazaram o caso das escutas telefônicas. Levantase, assim, a suspeita de que figuras públicas graduadas estariam envolvidas no crime.

Andrade lamenta outro ponto do episódio: a destruição dos dois primeiros CDs originais que apareceram. Em 17 de dezembro, a Fenaj e o Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo solicitaram a preservação das provas a um representante da Procuradoria-Geral da República. O Tribunal de Justiça estadual recebeu o pedido, mas o ignorou e decidiu eliminar as gravações. O presidente da Fenaj recorda que ouviu o mínimo necessário das conversas que estavam nas cópias enviadas ao sindicato capixaba e destaca duas entrevistas nas quais a fonte passava informações em off. Ele confia fortemente na possibilidade de que pessoas movidas por interesses escusos tiveram proveitos políticos e econômicos com



Murillo: grampo proposital

este tipo de situação. "O grampo não foi um acaso, foi proposital", conclui. A busca pela imparcialidade nas investigações o levou a uma audiência com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para solicitar a investigação dos órgãos federais. Andrade entende que o ministério teria a obrigação de colocar a Polícia Federal nas investigações sem esperar pedido de auxílio das autoridades capixabas. Motivação política é uma hipótese que explicaria esta condição. Por ser ano de eleições, não haveria interesse

do Planalto em intervir no Espírito Santo. Isso deixaria em risco o apoio do governador Paulo Hartung, que é da ala do PMDB aliada ao governo. Ainda trabalhando no campo das suposições, Andrade pensa que haveria uma ação maior caso a oposição (PSDB ou PFL) comandasse o Estado. "Acho que a Polícia Federal já teria agido e identificado os responsáveis", presume. Com a PF deixada de lado, restaram as comissões criadas pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Otimista, ele acredita de que o grupo de acompanhamento pode denunciar manobras e acobertamentos do inquérito estadual, corrigir erros e torná-lo mais eficiente. A Fenaj vai integrar a equipe incumbida de propor alterações ao anteprojeto de lei que prevê novas regras para o uso de escuta telefônica. Como ainda não conseguiu acesso ao programa, o sindicato não tem opinião formada, mas defende que não permitir a regulamentação de instrumentos de censura prévia. O tema é polêmico. "Se for para o Congresso, só irá em 2007", antecipa Andrade. O motivo? Mais uma vez as eleições.

Mandantes do assassinato aguardam júri

Símbolo da violência disseminada pela máfia no Espírito Santo, o caso Alexandre Martins de Castro Filho está para completar três anos à espera dos julgamentos dos acusados em ordenar o crime: o juiz Antônio Leopoldo Teixeira, Walter Gomes Ferreira coronel da reserva da Polícia Militar e o ex-policia civil Cláudio Luiz Andrade Baptista, o "Calu". Teixeira aguarda em liberdade o seu julgamento, que vai ocorrer em março. Depois de ficar preso por 237 dias, ele saiu da prisão em novembro devido ao *habeas corpus* concedido por Marco Aurélio Melo, ministro do Supremo Tribunal Federal. Dois meses antes, um processo administrativo do Tribunal de Justiça o condenou à aposentadoria compulsória por cometer várias irregularidades na Vara de Execuções Penais.

Apesar da punição, o juiz vai receber vencimentos proporcionais ao tempo de serviço. Um júri popular vai definir o futuro do coronel Ferreira e de "Calu", acusados de homicídio triplamente qualificado e formação de quadrilha armada. Os dois estão presos e o julgamento deles ainda não tem data definida. Por outro lado, a Justiça já condenou sete pessoas. Os assassinos Odessi Martins Júnior e Giliard Ferreira de Souza pegaram mais de 20 anos de prisão. Cinco intermediários completam a lista: o traficante Fernandes Oliveira Reis, o Fernando "Cabeção", Leandro Celestino (acusado de arranjar a arma do crime), o motoboy André Luiz Barbosa Tavares (emprestou a moto usada pelos executores) e os sargentos da PM Ranilson Alves da Silva e Heber Valêncio -acusado de vigiar os passos de Castro Filho. As penas variam de oito a 23 anos.



Castro Filho: assassinado

O assassinato do juiz Alexandre Martins de Castro Filho ocorreu em 24 de março de 2003, uma segunda-feira. A vítima tinha 32 anos, trabalhava na 5ª Vara Criminal de Vitória e participava do grupo de repressão ao crime organizado, que estava infiltrado nos três poderes e nas instituições policiais do ES. O juiz ajudou a desarticular ações do jogo do bicho, grupos de extermínio, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e corrupção. Também colaborou na prisão de três importantes membros do esquema. Dois

deles são o ex-presidente da Assembleia Legislativa José Carlos Gratz (braço político) e o empresário Carlos Guilherme Lima (financeiro). O outro integrante é o coronel Ferreira, acusado de liderar o Scuderie Le Cocq (grupo de extermínio composto por policiais civis e militares supostamente extinto) e comandar a eliminação de inimigos e testemunhas.

Ameaçado de morte, Castro Filho recebeu proteção da Polícia Federal até dispensá-la em janeiro de 2003 por causa das provocações de um agente. Em março, o governador Paulo Hartung (PMDB) deslocou um policial militar para acompanhar o magistrado, que o dispensou na noite de 23 de março e lhe pediu para aparecer na sua casa às 11 horas do dia seguinte. Três horas antes do horário combinado, Castro Filho sofreu a emboscada quando chegou a uma academia de ginástica, em Vila Velha (ES). Sozinho, ele conseguiu disparar seu revólver, mas não acertou os assassinos, que o mataram com três tiros.

Textos: Rodrigo Schmitt

Resenha polêmica gera confusão

Autor de livro discorda de resenhista e pede direito de resposta em publicação e Internet

Uma nova discussão entrou em pauta. *Blog* é mídia? É possível que se enquadre um *blog* na Lei da Imprensa? Se uma resenha não agrada ao autor do livro, pode ele pedir direito de resposta? E se essa resenha crítica mais o autor do que o próprio livro? Quase todas essas perguntas ainda não têm resposta. Mas o caso é real, aconteceu há pouco. E pelo jeito ainda vai demorar-se a resolver.

Era mês de dezembro de 2005 e a revista *Primeira Leitura* chegava às bancas. Dentro dela um texto sobre o livro *Formação do Império Americano – da Guerra Contra Espanha à Guerra do Iraque*. No texto do professor de Ética e Filosofia da Universidade de Campinas (Unicamp) lia-se claramente que o mesmo não gostou do livro.

No dia 10 de dezembro, o professor Orlando Tambosi publicou em seu *blog* (www.otambosi.blogspot.com) o texto que lhe foi enviado pelo amigo Roberto Romano. Tambosi escreve uma introdução ao artigo na qual afirma que Bandeira se diz um hegeliano e um cientista. "Isso pra mim é contraditório, uma pessoa que segue uma corrente filosófica não pode se considerar cientista", explica.

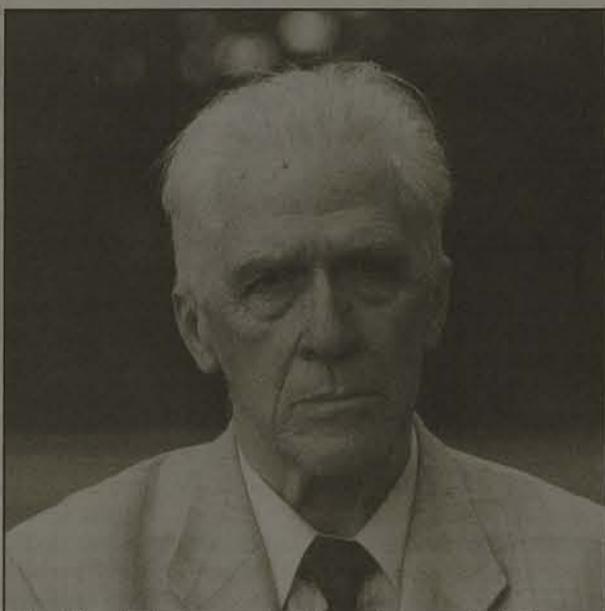
Bandeira mora na Alemanha e foi avisado por um amigo de São Paulo sobre a publicação do texto em *Primeira Leitura*. Pesquisando na internet, encontrou reprodução dele no *blog* do professor Tambosi. Sentindo-se lesado, acionou um grande escritório de advocacia, com filiais em vários países, pedindo, com base na Lei de Imprensa e na Constituição Federal, direito de resposta. Tambosi publicou a resposta de Bandeira no dia seis de janeiro de 2006. O editor da revista nega-se a publicar.

Romano não vai se pronunciar sobre o caso até que a Justiça tome uma decisão. "No caso em questão, espero o desenrolar dos eventos para me pronunciar junto à imprensa. A revista *Primeira Leitura* definiu para si mesma a intenção de não conceder o direito de resposta segundo a Lei de Imprensa. Caso um magistrado determine o referido direito de resposta, então ela e eu nos pronunciaremos. Porque então haverá algo novo no plano público. O que eu tinha a dizer sobre o livro do autor, o disse. Os leitores podem conferir. É o importante. O meu modo de agir habitual requer esta atitude de minha parte", foi apenas o que afirmou.

O dono do *blog* lamentou o uso da Lei de Imprensa, que chama de "trambolho autoritário", por parte de Bandeira. "Se tivesse me pedido normalmente, eu teria publicado a resposta, assim como o fiz. O importante pra mim é apenas o debate de idéias", esclarece e acrescenta, "é discutível que se possa expandir a Lei de Imprensa para chegar a um *blog*. Um *blog* é mídia? Isso vai dar uma boa discussão. Se for, então deve seguir as mesmas restrições da mídia".

O editor da revista se recusa a reconhecer o direito de resposta. Mas ao contrário do autor do texto, o editor fala. Azevedo que, conforme publicou no site de *Primeira Leitura*, teve que ir "pessoalmente, munido de documentos, buscar a notificação" não gostou da atitude de Bandeira. "É a primeira vez, creio, na imprensa ocidental que se pede "direito de resposta" para uma resenha. De resto, ele não pediu ainda. Limitou-se a uma notificação extrajudicial na linha 'Ou publica minha resposta ou recorrerrei à Justiça'. Que recorra. O escritório de advocacia é dos grandes, a Noronha Advogados. Duvido que não lhe digam: 'Caro dr. Bandeira, a sua causa está perdida de saída', rebate.

"Agora é fácil dizer que publicaria o texto, se lhe fosse pedido diretamente. Mas o fato foi que o professor Tambosi endossou o artigo publicado na revista, ao reproduzi-lo e, nos comentários que fez, colocou uma interrogação, entre aspas, após referir-me como cientista, além de que sou figura "apreciada" no Itamaraty "terceiro-mundista", termo de caráter pejorativo. São comentários desairosos contra a minha



Bandeira: irritou-se com tom pessoal da resenha de Romano

nal eletrônico ou uma revista impressa. Qualquer um pode ter acesso ao *blog* na Internet e ler o que ali foi publicado".

E o embate que vem se travando entre as personagens é interessante. Azevedo utiliza o site da revista para publicar textos de sua autoria sobre o episódio, nos quais é irônico e usa de alfinetadas. Bandeira, através da imprensa, esclarece seus pontos de vistas e dá a sua versão da história. Tambosi utilizou seu *blog* e a mídia catarinense. E o professor Romano, o silêncio.

Além desse texto polêmico, o livro de Bandeira também teve resenhas publicadas na revista *CartaCapital*, nos jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo* e outras mídias. No entanto, embora discordem de certas conclusões do autor, as resenhas não têm o teor ácido da de Romano. Bandeira não considera esse texto uma resenha. "Que juízo se pode fazer, que qualificação se pode dar a um professor de ética, que se mete a escrever, dar opinião, atacando um livro de história e política internacional, sobre um tema que ele nunca pesquisou, nunca estudou, não é de sua área de trabalho? Que autoridade ele tem? O que esse tal professor escreveu não foi, como já disse, uma resenha. Ele não cita nenhuma frase textual minha, indicando a página, como se deve qualquer acadêmico sério deve fazer. O tal professor simplesmente falseou o conteúdo da obra, mentiu, atribuiu-me conceitos falsos, para atacar-me pessoalmente e desacreditar a obra", argumenta.

Azevedo se vale de sua função de editor para explicar a escolha de tal texto para publicação e porque se nega a atender ao pedido de Bandeira. "Publico na revista o que acho pertinente. Se um outro resenhista tivesse lido o livro e formulasse pontos de vista diversos dos de Roberto Romano, mas com a mesma inteligência, poderia, sim, publicar. Falo em tese. Duvido que alguém inteligente tivesse algo inteligente a dizer sobre um livro pouco inteligente. Ademais, ele já ganhou um monte de elogios de pessoas cuja inteligência está afinada com a inteligência do livro..." conclui.

Bandeira pediu o direito de resposta porque afirma que "chamar o autor de uma obra de "acadêmico-formiga", ignorante, tosco, epígono, discípulo do "charlatão" Hegel, atribuir a mim conceitos que não emiti, que não existem no livro, como o fez o autor do artigo, não é resenhar um livro, não é criticar e divergir de idéias. Trata-se de agressão pessoal, crime contra a pessoa, previsto no Código Penal".

De qualquer forma, a briga na Justiça continua. Bandeira acionará judicialmente a revista *Primeira Leitura*, já não teve sua resposta publicada. Azevedo enfatizou que comprará a briga até o fim. Em texto publicado na revista escreve: "Em sua resposta", que só vou publicar se o juiz mandar, Bandeira continua dando asas às teorias conspiratórias que mal costura em seu livro, cita as muitas evidências de que ele estaria certo, o que Romano se nega a acatar..."

Orlando Tambosi também tem a mesma opinião sobre as teorias utilizadas por Bandeira. Diz que o autor do livro pinçou as teorias "conspiratórias" que lhe convinham para construir sua linha de raciocínio.

pessoa. Sou doutor em ciência política, por conseguinte cientista político, com vasta obra publicada, e o professor Tambosi não pode depreciar minha qualificação. Aliás, nunca disse propriamente que sou hegeliano, no livro no está escrito que assim me defino, e o que declarei em algumas obras é que uso o método gnosiológico de Hegel", afirma Bandeira.

Ainda segundo ele "a Lei de Imprensa apenas regula a aplicação de um preceito constitucional e nenhuma lei tem força se não prescrever as penalidades correspondentes. E *blog* é um veículo de divulgação, um meio de comunicação, como um jornal

Truculência da polícia não perdoa nem professor universitário de 69 anos

O professor Nilson Lage do Curso de Jornalismo da UFSC foi preso e espancado por policiais militares de Florianópolis no sábado, dia 18. Lage voltava para casa no bairro Campeche, onde mora, quando se sentiu mal. Resolveu parar o carro para se recompor. Acionada, a polícia, ao invés de prestar socorro ao senhor de 69 anos, desacordado, algemou-o, jogou-o em uma viatura e levou-o à delegacia. "Eu não sei porque fui preso. Quando acordei estava apanhando, sendo jogado, algemado, dentro do camburão", contou o professor. Lage só conseguiu sair da prisão após pagamento de fiança no valor de R\$ 900,00. As marcas nos pulsos, ombros e pernas demonstram bem a inexplicável agressão. Sob tratamento médico há dois anos, resolveu pedir afastamento de suas aulas na universidade até sua aposentadoria no final do ano.



A suspeita do professor é de que tenha trocado os medicamentos que toma e como ingeriu uma taça de vinho durante o passeio, e

por isso tenha tido alguma reação. Como ficou desacordado – de acordo com a médica de Lage, ele pode ter tido uma reação amnésica – ele confessa que pode ter desatado ao policial Marcelo Matos de Castro, um dos dois policiais que o agrediu. Quando foi conduzido à delegacia do Campeche, cobraram-lhe a fiança e o processaram por desacato à autoridade e por dirigir embriagado. O professor apresentou queixa sobre o caso na 2ª Delegacia de Polícia do Saco dos Limões e está processando os envolvidos.

A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), o Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina (SJSC), a Associação dos Professores da UFSC (Apufsc) e o Departamento de Jornalismo da UFSC, em conjunto com outras entidades, publicaram dia 23 de fevereiro uma veemente nota sobre a repetida truculência contra cidadãos desarmados (ver página ao lado).

No texto, as instituições repudiam a violência com que a polícia tratou o professor e pede que providências sejam tomadas pelas autoridades competentes. "Reiterando nosso protesto pela violência do comportamento policial, solicitamos às autoridades competentes a apuração do caso, a punição dos responsáveis, o reparo dos danos morais e a tomada de providências quanto ao preparo das nossas polícias, para que lamentáveis fatos como estes não voltem a ocorrer em Santa Catarina ou em qualquer lugar do país. São injustificáveis e inaceitáveis espancamentos por quem deve garantir a paz, e o abuso da força por quem, ao tê-la, deve impedir o seu uso", conclui a carta.

Nilson Lage é professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina desde 1992. É jornalista, bacharel em Letras, mestre em Comunicação e doutor em Linguística. Já trabalhou em jornais como *Diário Carioca*, *Jornal do Brasil*, *Última Hora*, *O Globo*, e foi responsável por mudanças importantes em vários deles, além da Bloch Editores, da Televisão Educativa do Rio de Janeiro, entre outros. Lage foi professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade Federal Fluminense e de instituições particulares. É autor de livros sobre técnicas jornalísticas e de diversos artigos sobre ensino de jornalismo, texto jornalístico e outros temas.

Textos: André Vendrami

Polícia agride repórter e RBS cala

Cláudio Silva foi preso, espancado pela PM e empresa demite seu fotógrafo por "justa causa"

O dia do repórter, 16 de fevereiro, foi marcado em Florianópolis pela agressão e prisão pela Polícia Militar do fotógrafo Cláudio Silva, que fazia a cobertura para o jornal *Diário Catarinense* da manifestação organizada pela "Frente Tarifa Única Sim, Aumento Não", no centro da cidade. Antes dele, o ativista Marcelo Pomar também foi detido pelos policiais. Durante o protesto, no final da tarde, o repórter-fotográfico registrava as imagens de um grupo de cerca de seis capangas, vestindo camisetas pretas e sem identificação, rasgando panfletos e arrancando faixas e a prisão de Pomar quando foi imobilizado pela PM e teve sua câmera tomada à força. O fotógrafo resistiu e sua mão foi ferida pelos policiais. "Eles me prenderam por desacato, mas foi o policial, um sargento, que me desacatou, deu voz de prisão e me algemou. No carro da polícia, o sargento e outros três policiais davam tapas no meu rosto", conta Silva, também conhecido como "Sarárá", que ainda tentou pegar o celular para pedir socorro, mas foi impedido. "Torceram minha mão para me tirar a máquina, eu ainda fui defender o patrimônio da RBS, os policiais não quebraram a máquina, mas me quebraram", diz, indignado.

O fotógrafo foi levado para a Delegacia Central da Polícia Civil, no centro da capital, e obrigado a fazer o teste de bafômetro duas vezes, sem testemunhas — o que é ilegal. "A ameaça, a pressão, o constrangimento é tão grande que você se sente obrigado a fazer o que eles querem", lamenta o fotógrafo, que foi ameaçado por um policial com cassetete, que seria usado caso se negasse a fazer o teste. Silva relata ainda que uma escrivã tentava humilhar, xingava e mandava calar a boca. "Aquele delegacia parecia o porão da ditadura, o Marcelo Pomar foi preso e tratado como se fosse o Bin Laden, um terrorista". O repórter só foi liberado à noite após assinar um termo circunstanciado.

No dia seguinte, as reações foram imediatas e distintas. O jornal *Diário Catarinense* publica a notícia de que foi constatado que o fotógrafo estava "tecnicamente embriagado" e demite o profissional. O Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina (SJSC) e a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) divulgam notas denunciando a violência policial e a atitude do jornal. Para o presidente do SJSC, Rubens Lunge, a matéria do DC foi "tendenciosa" e a atitude do jornal "radical e extrema". O sindicato ainda acusa que alguém alterou a notícia assinada pelo repórter Alex Gruba, acrescentando que o fotógrafo estava embriagado. "Além disso, eles fizeram um anti-jornalismo, não ouvir o outro lado, ele foi julgado pelo *Diário*", reclama Lunge. Cláudio Silva também protesta por não ter sido procurado para dar sua versão dos fatos: "não ouviram o meu lado". O jornal também omitiu a agressão ao repórter-fotográfico. O diretor-geral do *Diário Catarinense*, Marcos Noll Barboza, foi procurado duas vezes pela reportagem e respondeu às perguntas por e-mail. Para ele, o que foi publicado não "merecia" diferentes versões ou lados, pois eram fatos comprovados. "O fato dele estar embriagado era relevante para os leitores compreenderem as circunstâncias em que ele desacatou o policial e foi detido", escreveu o diretor. O editor-chefe interino do jornal, Tarcísio Pogli, só aceitou dar entrevista após autorização da direção da empresa.

O presidente da Fenaj, Sérgio Murillo de Andrade, classificou a atitude do *Diário Catarinense* como "repugnante" e "grotesca", inédita na imprensa. "Eu sabia que a RBS já tinha um saco de maldades, mas agora eles inventaram mais uma. Não existe explicações, é algo que não tinha visto ainda". Murillo questionou ainda a falta de apoio da empresa para o fotógrafo que "foi preso porque estava registrando as barbaridades da polícia". Ele comparou a resistência do fotógrafo que não quis entregar seu equipamento de trabalho e a postura da RBS: "o jornal se acovardou e cometeu um ato de violência". O jornalista José Augusto Gayoso, assessor do gover-



Policial militar tenta tirar câmera no momento da fotografia



Silva protege câmera da RBS, que não fez o mesmo pelo repórter

nador do Estado, ao saber da prisão intercedeu junto ao secretário-adjunto da Secretaria de Segurança Pública, coronel Dejour Vicente Pinto, para relaxar a prisão. Gayoso considerou a demissão do colega "um desastre". "Repudio veementemente", disse.

Durante a prisão, o repórter passou boa parte do tempo sem nenhuma assistência, quando chegou um advogado destacado pela empresa não havia mais o que fazer. O fotógrafo reclama ainda que não foi orientado para não assinar o teste de bafômetro. Depois disso, Silva não teve mais contato com o advogado. "Só fui recebido de novo quando o advogado foi apresentar minha demissão". O advogado do Movimento Passe Livre, Matheus de Castro, estava presente na delegacia e foi proibido de trabalhar, mesmo apresentando a carteira da OAB. "A polícia estava se negando a dizer quem estava preso, eu fui agarrado e jogado para fora da delegacia", acusa.

A vereadora da capital Ângela Albino (PCdoB) revela também que foi agredida na delegacia. Segundo ela, o delegado Pedro Fernandes, no primeiro momento se negou a dar informações, "depois se enfureceu, quis expulsar todo mundo e se impor pela força". A vereadora acrescenta que o delegado Fernandes imprensou-a contra a parede e levantou a mão ameaçando dar um tapa, numa tentativa de intimidação.

A postura do jornal *Diário Catarinense* em omitir e aceitar sem contestação a agressão e a versão da Polícia Militar gerou muita indignação das entidades ligadas aos jornalistas. A Fenaj encaminhou nota à Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ), denunciando o caso. O jornalista Marcelo Soares, diretor da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, enviou um alerta que vai circular pelo mundo todo, via rede IFEX (International Freedom of Expression Exchange, Intercâmbio Interna-

cional pela Liberdade de Expressão). A Associação Nacional de Jornais, presidida pelo diretor-presidente do grupo RBS, Nelson Pacheco Sirotsky, não se pronunciou sobre o assunto. Para o diretor-geral do *Diário Catarinense*, Marcos Noll Barboza, "A demissão do Cláudio não tem relação com liberdade de imprensa, mas com falta grave que teria o mesmo desdobramento em qualquer empresa responsável", tergiversa. Apesar de ser a primeira vez que Cláudio Silva é agredido e preso pela PM, o fotógrafo já está acostumado. "Os policiais não queriam que eu trabalhasse, sempre foi assim. Em todas manifestações a polícia quer impedir o trabalho dos jornalistas".

Rubens Lunge, presidente do SJSC, esclarece que a ação da PM impediu o serviço de um profissional da imprensa e o acesso da população à informação. Lunge sustenta que a prisão foi "arbitrária" e "não casual", apesar de conhecer muito bem a relação entre jornalistas e a polícia: "nenhum repórter é bem vindo numa situação de conflito". Sérgio Murillo, presidente da Fenaj vai mais além. Para ele, a polícia tem "man-

jado" alguns repórteres em Santa Catarina: "O Cláudio foi um deles, um competente profissional que foi preso porque estava registrando as barbaridades da polícia ao invés de coibir os capangas". Para ele, o fotógrafo foi espancado de maneira covarde. A vereadora Ângela Albino, além de destacar o "absoluto despreparo do comando da operação", denunciou a agressão de outro fotógrafo do *Diário Catarinense*, Glaicon Covre, que teve o equipamento danificado por uma escrivã, na delegacia, na noite da prisão de Cláudio Silva. Para o sindicato, Covre disse que a máquina quebrou em um incidente. Barboza, diretor-geral do DC, afirmou que o *flash* da máquina foi danificado em meio a uma confusão e não tinha "importância jornalística".

Cláudio Silva faz fotografias há vinte anos e é repórter-fotográfico desde 1989. Começou como contínuo no *Zero Hora*, também foi laboratorista e trabalhou como fotógrafo nos jornais *O Estado* e *A Notícia*. Ele atuou na implantação do *Diário Catarinense*, em 1985, montando o primeiro laboratório mecanizado do país. Iria completar 14 anos como fotógrafo em agosto no DC até ser demitido pela direção do jornal. O sindicato e o próprio fotógrafo afirmam que a ordem veio diretamente de Porto Alegre.

Durante esses 17 anos de trabalho ganhou 18 prêmios, todos na área social. Entre eles uma menção honrosa no Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog, em 1995, e foi finalista do Prêmio Embratel, em 2001. Também recebeu o título de Jornalista Amigo da Criança, dado pela Abrinq, Andi e Unicef. Cláudio Silva foi escolhido por cinco anos melhor fotógrafo do *Diário Catarinense*, em concurso interno. No momento, o sindicato está trabalhando para reverter a demissão por "justa causa" para "sem justa causa" e preservar os direitos do fotógrafo. Mas até agora a negociação está empacada. Em nota pública, o presidente do SJSC lamentou a falta de diálogo da RBS/DC. Questionado por e-mail sobre a motivação da demissão, Barboza, diretor-geral do DC, escreveu que "demissões de funcionários são processos internos administrativos e que não podem ser tratados publicamente por respeito ao ex-funcionário".

De qualquer forma, Silva não tem mais vontade de voltar para o jornal: essa prisão e agressão foi apenas a gota d'água de uma série de outras agressões sofridas. "Ano passado eu levei gás lacrimogêneo nos olhos e eles (a direção do jornal) não fizeram nada. Que empresa com responsabilidade social é essa?" Ele conta também que já foi ameaçado por causa de reportagens investigativas feitas sobre tráfico de drogas e a empresa não tomou nenhuma atitude. O repórter também se opôs à maneira como o jornal tratou seu caso. "Tentaram fechar o mercado para mim sujando meu nome, se eu estava bêbado por que a empresa não me ofereceu uma assistência médica, um tratamento psicológico? O meu tratamento era minha demissão. Se eu tivesse embriagado não faria o material que fiz, estava trabalhando normalmente como sempre fiz", relata.

O fotógrafo garante que seus colegas de trabalho estão indignados, "mas estão trabalhando sobre pressão, não tem como se manifestar, senão eles te demitem". Desde que saiu da delegacia ele recebeu telefonemas de solidariedade de colegas da redação do *Diário Catarinense* e de todo o Brasil.

Alexandre Brandão



Cláudio Silva demonstra agressão dos PMs

UFSC realiza testes no espaço

Astronauta Marcos Pontes leva em março protótipos para Estação Espacial Internacional



A Universidade Federal de Santa Catarina também pode participar da missão que vai levar o primeiro astronauta brasileiro, Marcos César Pontes, até a Estação Espacial Internacional, no final de março. A Agência Espacial Brasileira selecionou dois experimentos da universidade para serem testados no espaço. Ao todo nove projetos de diferentes instituições de pesquisa do país foram escolhidos, porém apenas a UFSC tem a chance de mandar mais de um trabalho para a Estação. A confirmação do embarque das experiências para o espaço ainda depende dos últimos testes que serão feitos na Rússia.

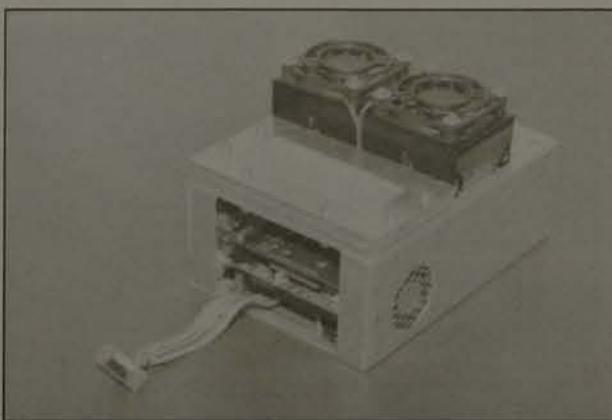
Desenvolvidos separadamente no Departamento de Engenharia Mecânica, os dois experimentos têm como propósito regular a temperatura dos satélites. O Labcet (Laboratório de Combustão e Engenharia de Sistemas Térmicos) montou um sistema de capilaridade, que tem capacidade para transferência de calor de até 100 W, para promover a refrigeração dos componentes eletrônicos presentes nos satélites. O equipamento consiste numa pequena caixa de alumínio retangular (30 cm, 15 cm, 10 cm), com peso entre 2,5 e 3 kg, composto por dois evaporadores capilares, um condensador e um reservatório de água. O objetivo da viagem será avaliar o funcionamento do experimento num ambiente de microgravidade (gravidade próxima de zero) e verificar a existência de possíveis fenômenos envolvidos.

De acordo com Eduardo Reimbretchet, pesquisador do Labcet, o sistema de capilaridade foi desenvolvido inicialmente pelos Estados Unidos, no entanto, o projeto brasileiro apresenta algumas variações na estrutura, na configuração e no próprio evaporador capilar. O principal diferencial do equipamento concebido na UFSC é a possibilidade de determinar em que temperatura o sistema vai operar, por intermédio de um programa de computador. Um dos benefícios do desenvolvimento de uma tecnologia nacional será a possibilidade de produzir no Brasil esses equipamentos, que atualmente são fabricados apenas pela empresas multinacionais.

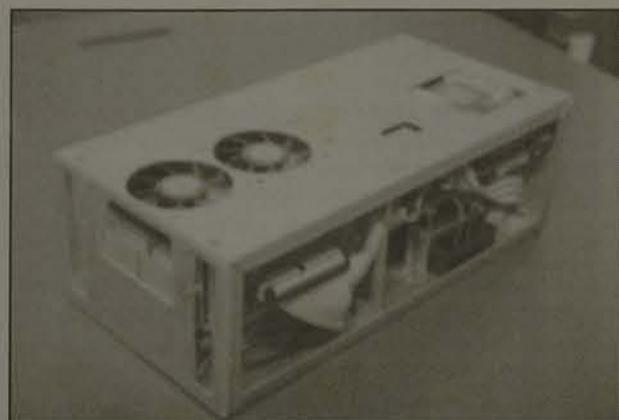
A importância econômica de se pesquisar sistemas que controlem a temperatura de satélites se revela na própria produção desses equipamentos. A professora Márcia Mantelli, especialista em ciências térmicas, explica que a redução do tamanho dos satélites gera maior necessidade de regular a temperatura dos componentes internos, uma vez que no espaço não há atmosfera. E quanto menor for o objeto mais barato será o custo de produção. A professora Márcia coordena o outro experimento que a UFSC pode levar ao espaço, no Labsolar (Laboratório de Energia Solar / Núcleo de Controle Térmico para Satélites). O projeto consiste na transporte de calor de uma área mais quente para outra mais fria, através de microtubos de calor, que possuem capacidade de transferência até mil vezes maior em relação a outros condutores. O equipamento possui as dimensões de um cartão telefônico, composto por duas chapas de cobre entremeadas por minitubos rolos em paralelo.

Segundo a pesquisadora, esse sistema pode ser usado em diversos aparelhos, como laptops, fornos de padaria e tanques de asfalto. Por esse motivo o projeto do Labsolar também tem um objetivo comercial. Uma das expectativas da professora é que esses microtubos, de produção nacional, sejam colocados em satélites brasileiros, que, até o momento, usam tecnologias estrangeiras.

A escolha de dois projetos da universidade que versam sobre o mesmo tema não é casual. Isso se deve em parte à excelência do Departamento de Engenharia Mecânica nessa área específica. Com a precipitação do lançamento da missão, que inicialmente ocorreria em outubro, a Agência Espacial Brasileira contactou os poucos pesquisadores que já tinham trabalhos em desenvolvimento nessa área. No caso da UFSC as pesquisas vinham sendo realizadas há 10 anos. A professora Márcia, por exemplo, saiu do INPE, em São José dos Campos, para integrar o Núcleo de Controle Térmico para



Minitubos: transferência de calor mil vezes maior que a média



Os evaporadores capilares do Labcet: monitoram temperatura

Satélites, criado no início da década de 90.

Os experimentos já passaram por uma bateria de testes, que são feitos no INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) em São José dos Campos, no Estado de São Paulo. Na última semana de janeiro uma delegação russa avaliou as nove experiências brasileiras e solicitou alterações nos protótipos e nas documentações. Um deles, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na área de nanotecnologia, foi rejeitado devido a impossibilidade de cumprir todos os requisitos de segurança estabelecidos pela agência russa. No dia 17 de fevereiro a delegação voltou ao Brasil e aprovou os oito experimentos, nos últimos testes realizados no país, com o objetivo de verificar as mudanças exigidas. No entanto, a ida ao espaço ainda não está confirmada, condicionada a aprovação nos últimos testes, feitos na Rússia, antes do embarque. Alguns pesquisadores brasileiros seguirão até este país para auxiliar no treinamento do tenente-coronel aviador Marcos Pontes na execução dos experimentos no espaço.

Além da UFSC, há cinco instituições envolvidas nos experimentos brasileiros, que procuram descobrir a influência da microgravidade em suas pesquisas. O Centro Universitário da Faculdade de Engenharia Industrial (FEI), de São Paulo, estudará os efeitos da microgravidade em enzimas, para o uso na indústria química, de alimentos e farmacêutica. O experimento da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) observará a influência da radiação no DNA de bactérias nesse ambiente; enquanto que o Centro de Pesquisas Renato Archer (CENPRA/MCT), também de São Paulo, avaliará a interação de proteínas causadoras do fenômeno de bioluminescência para o desenvolvimento de novos remédios e a detec-



Primeiro astronauta brasileiro

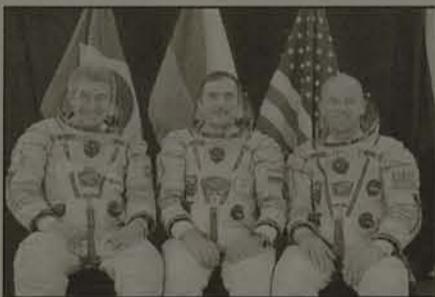
ção de novas doenças. A Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) enviará sementes para verificar a germinação no espaço.

Também farão parte das pesquisas nacionais dois experimentos educacionais, promovidos pela Secretaria de Educação de São José dos Campos. Um deles verificará o crescimento de sementes de feijão, e o outro, a cromatografia da clorofila. O objetivo da secretaria é aproximar os alunos da Rede Municipal de Ensino da pesquisa científica brasileira.

As experiências brasileiras que serão feitas na Estação Espacial Internacional tiveram um custo estimado de R\$ 250 mil. O custo total da viagem do astronauta brasileiro não foi revelado pela Agência Espacial Brasileira, mas estima-se que o valor se aproxime de US\$ 10 milhões. Devido ao risco inerente a uma viagem tripulada, os experimentos tiveram que seguir um protocolo rígido de segurança. As restrições estabelecem que as oito experiências não deverão pesar mais que 15 kg. Menor ainda será o peso dos equipamentos na viagem de retorno, apenas 5 kg. Por isso, as informações sobre os resultados dos experimentos retornarão num chip de computador. O restante do material será descartado, como lixo espacial, e incinerado na viagem de volta, ao primeiro contato com a atmosfera terrestre.

Batizada de *Missão Centenário*, em comemoração dos 100 anos do primeiro voo de Santos Dumont com o 14 Bis, a viagem do primeiro brasileiro ao espaço está marcada para o dia 30 de março. O lançamento da nave espacial russa Soyuz TMA-8 será feito do Cazaquistão. Além de Pontes, também viajarão o americano Jeffrey Williams e o russo Pavel Vinogradov. Ao todo o brasileiro passará oito dias na Estação Espacial Internacional.

Brasil fabrica componentes para a ISS



Pontes, o russo Vinogradov e Jeffrey Williams

A possibilidade de realizar experimentos científicos na Estação Espacial Internacional (ISS, na sigla em inglês) a 360 quilômetros de altitude, surgiu com a entrada do Brasil nesse projeto no ano de 1997. A participação brasileira teve um custo de US\$ 80 milhões, despendidos na fabricação de componentes para a Estação. Em contrapartida o país obteve espaço na estação para a realização de experiências nacionais, a permissão do envio de

um astronauta, a possibilidade de receber a transferência de alta tecnologia e desenvolve-la nos centros de pesquisas nacionais, além de conquistar visibilidade internacional.

Uma das vantagens para o Brasil é a oportunidade de usar todos os recursos do orçamento para o desenvolvimento dos componentes da Estação na indústria nacional. Inicialmente estava previsto a fabricação de seis componentes, porém, devido ao elevado custo de uma das partes, a entrega do equipamento foi adiada. Conseqüentemente a viagem do astronauta brasileiro também foi postergada. Em 2002, a Agência Espacial Brasileira (AEB) informou à Nasa (Agência Espacial

Americana) que não seria possível fabricar o equipamento. Em outubro do mesmo ano, diante do desconforto internacional, o governo brasileiro retomou a negociação do acordo, pelo qual a agência americana propôs a fabricação de outros componentes. No ano seguinte a AEB se reuniu novamente com a Nasa, com o objetivo de informar que só seria possível a construção de um dos dois equipamentos exigidos pelo novo acordo. Em novembro deste mesmo ano foi assinado um protocolo pelo qual o Brasil assumiu a responsabilidade pela fabricação dos FSE (*Flight Support Equipment*) e se incumbiu de contribuir com outras partes.

A Estação Espacial Internacional é na verdade um laboratório no espaço, que propicia um ambiente de microgravidade, circunstância de difícil obtenção, para verificar a existência dos fenômenos envolvidos na operação dos experimentos. As pesquisas beneficiadas por esse laboratório de luxo abrangem áreas bem diversas, como biotecnologia, nanotecnologia, medicamentos, agricultura e produtos comerciais. O projeto científico é integrado por 16 países: Rússia, Japão, Estados Unidos, Canadá, Espanha, França, Alemanha, Itália, Inglaterra, Suíça, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Noruega, Suécia e Brasil.

Textos: Felipe Mendes

A sangue frio completa 40 anos

Obra-prima de Truman Capote, relançada, demonstra perenidade do new journalism

Há quatro décadas, nascia o jornalismo literário, *new journalism* ou romance de não-ficção. Após ler uma nota no *New York Times*, em 16 de novembro de 1959, sobre uma família do Kansas que foi assassinada, Truman Capote, na época um repórter em crise profissional, resolveu dedicar-se ao caso e conseguiu convencer o diretor da revista *New Yorker*, onde trabalhava, a mandá-lo para a cidadezinha de Holcomb. Durante um ano e meio, o jornalista morou no local, conviveu com os habitantes e entrevistou os envolvidos – assassinos; vizinhos, amigos e familiares das vítimas e dos culpados; psiquiatras; policiais e agentes penitenciários – para não só reconstituir os fatos que antecederam e sucederam o crime, mas também para entender a vida e a mente das pessoas que, de alguma forma, tinham ligação com os Clutter. Para ajudá-lo na investigação, Capote contou com a amiga de infância Nelle Harper Lee. Nos quatro anos e meio seguintes, o escritor isolou-se em Verbier, nos Alpes Suíços, para trabalhar com o material obtido em Holcomb. Em 1965, lançou *A sangue frio* (*In cold blood*), resultado de mais de 200 depoimentos, 500 cartas dos presos e entre 4 mil e 10 mil páginas de anotações – até hoje não se sabe o número exato.

O livro, publicado pela primeira vez na *New Yorker*, em quatro edições, é considerado a primeira obra da história a misturar técnicas de investigação e apuração jornalísticas com artifícios próprios do romance e do conto – diálogos, monólogos interiores, divagações, etc. A realidade é descrita o mais fielmente possível, mas narrada como se fosse ficção, um romance policial. Temas exteriores ao jornalismo também são utilizados, como a psicologia dos personagens. O autor “entra” na mente dos entrevistados e conta o que viu e ouviu como se fosse eles próprios. Reconstitui cenas com uma riqueza tão grande de detalhes que fica difícil acreditar que Capote não estava presente na hora do crime, nas viagens que os assassinos fizeram pelos Estados Unidos e até mesmo nos acontecimentos da infância de Perry Smith e Richard Hickock.

Na obra, jornalismo e drama se misturam, e a notícia – o assassinato de uma família inteira – acaba tornando-se o pano de fundo para que o leitor conheça melhor a cidade, os moradores, a mente dos criminosos e o que os levou a matar quatro pessoas desconhecidas. É justamente isso que diferencia *A sangue frio* e o torna uma obra-prima do jornalismo literário.

Em *A sangue frio*, Capote também discute temas polêmicos, como a pena de morte. Leva o leitor a refletir, através dos próprios personagens, sobre essa punição radical, que existe ainda hoje em quase todos os Estados Unidos, e sobre o direito que as autoridades têm de decidir o destino de um indivíduo. Antes de ser enforcado, Smith declarou: “Acho que é o fim da picada tirar a vida de alguém desse jeito. Não acredito na pena de morte, moral ou legalmente. Talvez eu tivesse algo para dar, alguma coisa. (...) Não teria sentido eu pedir desculpas pelo que fiz. (...) Mas eu peço. Eu peço desculpas.”

O *new journalism* utilizou o livro-reportagem como meio de difusão. São exemplos clássicos: *Os 10 dias que abalaram o mundo*, de John Reed, sobre a Revolução Russa; *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, sobre a Guerra de Canudos; *Hiroshima*, de John Hersey, sobre a bomba lançada pelos americanos no Japão, em 1945; *Chatô*, de Fernando Morais, sobre a vida do jornalista Assis Chateaubriand; e *Rota 66 e Abusado*, de Caco Barcellos, sobre a favela Santa Marta, no Rio de Janeiro.

Para alguns profissionais da comunicação, a pressa e a rapidez trazidas pela globalização da informação fizeram com que o jornalismo literário perdesse espaço. As faculdades da área também têm relegado esse estilo, sob o pretexto de que o leitor quer textos enxutos e pouco profundos. Mas o sucesso que ainda hoje fazem os romances jornalísticos é a prova de que o *new journalism* continua vivo e atraindo simpatizantes em todo o mundo.

Luna D'Alama



O repórter da *New Yorker* morreu em 25 de agosto de 1984, anos depois de criar um gênero que revolucionou o jornalismo

Controverso precursor

Truman Capote é uma das figuras mais famosas e controversas da literatura americana contemporânea. Popularizou o gênero conhecido como romance de não-ficção. Seu estilo poético e os temas psicológicos de seus livros o tornaram, segundo os críticos, um escritor sulista gótico. Mas o autor também possui trabalhos recheados de humor e sentimento. Por causa do sucesso, a vida de Capote tornou-se pública, inclusive sua homossexualidade e detalhes da infância problemática vivida no sul dos Estados Unidos.

Nascido em Nova Orleans, Louisiana, em 30 de setembro de 1924, Truman Streckfus Persons raramente via o pai, Archulus Persons, e não tinha boas lembranças da mãe, Lillie Mae Faulk. Quando estava com 4 anos de idade, os pais se divorciaram e, depois da separação, Lillie deixou o filho com alguns parentes, enquanto refazia a vida em Nova York com o segundo marido, um empresário cubano chamado Joseph Garcia Capote – cujo sobrenome, adotado aos 11 anos pelo escritor, o eternizou.

Capote começou como *office-boy* na revista *The New Yorker*, onde depois também foi repórter, escreveu contos nas revistas *Mademoiselle* e *Harper's Bazaar* e publicou algumas coletâneas, além de uma novela: *Breakfast at Tiffany's* (1958), que no Brasil foi traduzida como *Bonequinha de luxo* e virou o filme homônimo, com Audrey Hepburn no papel principal. Mas foi ao lançar *A sangue frio*, cujo estilo inaugurou o *new journalism*, que o autor passou a celebridade. Em 2003, o livro foi relançado no País pela Companhia das Letras. A obra completa de Capote reúne dez títulos, entre peças de teatro, romances e perfis jornalísticos.

Polêmico, sarcástico, excêntrico e muitas vezes mal visto por colegas de profissão, o escritor amava o mundo dos ricos e gabava-se por não gravar nem anotar suas entrevistas – dizia memorizar tudo, com quase 100% de precisão. Sua paixão pela opulência o fez promover, em 1966, um baile que ficou conhecido como “A festa da década”, à qual compareceram as figuras mais ilustres de Nova York e alguns amigos que Capote fez no Kansas quando apurava o material que deu origem a *A sangue frio*.

O jornalista morreu de parada cardíaca em 25 de agosto de 1984 na Califórnia. Nos últimos anos de vida, quase não produziu, pois estava entregue ao álcool e às drogas. Publicou apenas dois volumes expressivos entre 1966 e sua morte: *Os cães ladrões* (1973) e *Música para camaleões – Nova escrita* (1980), recém lançado pela Companhia das Letras. Deixou para trás um legado literário brilhante, controverso, e também uma sensação de incompletude: o romance no qual o escritor trabalhava antes de morrer, *Answered prayers* (*Orações respondidas*, sem tradução para o português), ainda não foi lançado. Em 1994, chegou ao Brasil o livro *Capote – Uma biografia*, escrita por Gene Clarke e relançado em 2006 pela Editora Globo. (LD)

Filme sobre repórter retrata apuração do livro e concorre em cinco categorias do Oscar

Uma biografia que foge dos padrões tradicionais do cinema sobre um repórter que fugiu dos padrões tradicionais do jornalismo ao usar técnicas literárias em suas matérias. Baseado na obra de Gerald Clarke, o filme *Capote* abre mão de refazer toda a vida do famoso escritor americano para retratar o período em que ele produziu o romance-reportagem *A sangue frio*. Considerado uma das mais importantes obras do *new journalism*, o livro conta a história da morte da família Clutter em 15 de novembro de 1959 na área rural de Holcomb, Kansas, e dos assassinos.

O longa-metragem passou despercebido pelo público americano, apesar dos inúmeros elogios da crítica. Elogios que já renderam a vitória de Philip Seymour Hoffman no Globo de Ouro em janeiro. A interpretação do protagonista rendeu a ele o prêmio de melhor ator dramático. Para o Oscar, foram cinco indicações: melhor filme, ator, atriz coadjuvante (Catherine Keener), direção e roteiro adaptado.

O ponto de partida do filme é 1959. Quem o acompanha nesta viagem é a amiga de infância Harper Lee, que ganhou o prêmio Pulitzer um ano depois com o livro *Por favor não matem a cotovia*. A escritora foi interpretada por Catherine Keener, ganhadora do Oscar de melhor atriz coadjuvante pelo filme *Quero ser John Malkovich*. O envolvimento com um dos réus influencia o repórter, que tenta ajudá-los. No entanto, o altruísmo desaparece anos depois. Capote passa a desejar a execução pois acredita que o sucesso de seu material depende disso. O lançamento de *A sangue frio* ocorreu em 1966, meses após o enforcamento dos culpados. E a previsão de Capote realmente aconteceu.

Rodrigo Schmitt

Jornal cria polêmica entre Islã e Ocidente com imagens de Maomé



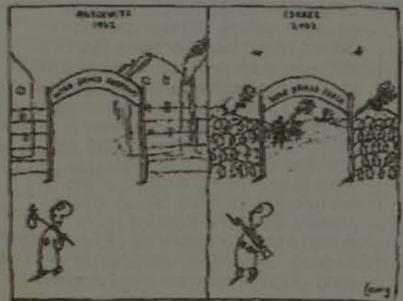
Desenho sataniza Dinamarca após caricatura de Maomé



Estudantes indonésios queimam bandeira da Dinamarca



Manifestantes pedem boicote pela blasfêmia na Malásia



Charge inscrita em concurso iraniano sobre boicotação. Na primeira, judeu se depara com inscrição "Trabalho traz liberdade"; na segunda imagem, "Guerra traz paz"

No dia 30 de setembro do ano passado, o jornal neoliberal dinamarquês *Jyllands-Posten* publicou 12 charges sobre o profeta islâmico Maomé que tinha encomendado a 40 cartunistas. Os desenhos acabaram sendo o estopim de uma crise entre a Europa e os países muçulmanos que desencadeou uma onda de protestos violentos pelo mundo, com dezenas de mortos, embaixadas destruídas e recompensas em ouro pela cabeça dos autores das charges.

O imbróglio começou com um livro infantil. Katere Bluitgen é jornalista e um conhecido escritor dinamarquês. Um de seus livros mais famosos, *Novos dinamarqueses*, apresenta os problemas enfrentados pelas crianças muçulmanas que moram no país. São questões comuns no dia-a-dia do autor, que tem seus filhos matriculados numa escola de Norrebo, bairro de Copenhague conhecido pela mistura de culturas e com maioria muçulmana.

No ano passado, Bluitgen lançou outro livro para crianças islâmicas sobre o profeta Maomé chamado *O Alcorão e a vida do profeta Mohammed*. "Elas são obrigadas a aprender sobre os heróis dinamarqueses. Nada mais justo que elas conheçam os heróis muçulmanos", disse o autor ao justificar a obra. Depois de escrito, ele soube que a editora estava encontrando dificuldades em achar um ilustrador. Nenhum artista aceitou o trabalho por medo de se tornar alvo de fanáticos muçulmanos. Algumas correntes do Islã proibem a reprodução da imagem do profeta porque só Alá pode ser adorado — para evitar algo como Jesus Cristo em relação aos cristãos.

Mesmo resolvido — um autor anônimo fez as ilustrações — o caso foi parar no jornal *Politiken* em forma de um artigo e acabou sendo retomado dias depois no jornal rival, o *Jyllands-Posten*, o maior do país, com tiragem de 158 mil exemplares. O editor de cultura, Flemming Rose, encomendou a 40 desenhistas charges ou caricaturas do profeta, mas apenas 12 enviaram as ilustrações, as que foram publicadas no dia 30 de setembro. O argumento dele é que as charges saíram em resposta a inúmeros incidentes de auto-censura de artistas ao lidar com Maomé e o Islamismo.

Menos da metade delas ofendem a cultura e a religião muçulmana. A que causou maior comoção mostra o rosto do profeta com um turbante em forma de bomba, prestes a explodir. Segundo Joël Kotek, historiador da Universidade Livre de Bruxelas e co-autor de um livro sobre caricatura árabe, em um artigo publicado no jornal francês *Le Monde*, o problema está na forma como Maomé foi retratado. "A idéia da caricatura é engrossar o traço, exagerar certas características para tornar a realidade à qual se refere mais perceptível. A realidade não se torna necessariamente mais legível quando se representa o profeta com traços do terrorismo", explica.

Inicialmente, o protesto estava limitado ao país. Um grupo de 27 organizações muçulmanas da Dinamarca formou o Comitê Europeu para Honrar o Profeta Maomé com o objetivo de pressionar o governo a condenar a publicação das charges. De acordo com o jornal *New York Times*, que entrevistou o porta-voz da organização Ahmed Akkari, o comitê colheu 17 mil assinaturas e enviou ao gabinete do primeiro ministro Anders Fogh Rasmussen, ao ministro da Cultura e ao editor do *Jyllands-Posten*. Em 20 de outubro, embaixadores muçulmanos pediram uma reunião com o primeiro ministro e um processo contra o jornal foi aberto com base em um artigo do Código Civil, que proíbe insultar qualquer religião praticada na Dinamarca. Todos foram ignorados.

A partir daí as manifestações começaram a se espalhar. Ainda segundo o jornal americano, uma reunião realizada em dezembro da Organização da Conferência Islâmica (OCI) foi o ponto de partida da reação em outros países. A OCI é a organização mais representativa dos estados muçulmanos, integrada por 57 países. Os representantes afirmaram que os veículos que publicaram as caricaturas usaram a liberdade de expressão como um pretexto para difamar religiões. Depois da reunião, que aconteceu na cidade saudita de Meca, os protestos ganharam apoio de alguns governos, como o da Síria e o do Irã.

Na Europa, a contra-reação começou no dia 10 de janeiro, quando o diário norueguês *Magazinet* reproduziu as charges polêmicas. A medida foi seguida por vários outros jornais da França, Itália, Alemanha e Suíça, além de muitos outros. Todos alegam a defesa da liberdade de expressão. (WD)



Manifestante levanta Alcorão no protesto em Dusseldorf



Charge ironiza receio de artistas em ilustrar o profeta



Capa de jornal francês tira sarro de reação muçulmana



Charge polêmica faz ligação entre Maomé e o terrorismo

As charges da discórdia

Imprensa europeia desafia Islamismo republicando desenhos



Retrato do profeta Maomé

Após mais de três meses da publicação das caricaturas de Maomé pelo jornal dinamarquês *Jyllands-Posten*, uma revista norueguesa, a *Magazinet*, reproduziu os desenhos em sua edição. Era o dia dez de janeiro. A partir daí iniciou-se a mais nova polêmica da mídia internacional. O Islã proíbe que se retrate Maomé ou Alá. Os muçulmanos reagiram conforme se devia esperar. Ameaças de morte aos responsáveis, bandeiras dos países envolvidos incendiadas, embaixadas apedrejadas, mortes em conflitos...

Diante das manifestações islâmicas, Flemming Rose, editor de cultura e responsável pela publicação das caricaturas no jornal dinamarquês, foi convencido a "sair de férias". A direção do *Jyllands-Posten* alegou que o jornalista estava estressado com a pressão que vinha sofrendo. No entanto, há três anos, o jornal se negou a publicar ilustrações que satirizavam Jesus Cristo por considerá-las agressivas para seus leitores. Christoffer Zieler, cartunista que propôs ao jornal a série de charges sobre a ressurreição de Cristo, recebeu uma mensagem eletrônica de Jens Kaiser, editor do suplemento dominical rejeitando sua colaboração.

Após a *Magazinet*, o próximo veículo a publicar as caricaturas foi o jornal jordaniano *al-Mebwar* em 26 de janeiro. O *Shibane*, outro jornal da Jordânia estampou três das caricaturas. O redator chefe deste último, Jihad Momai, pediu que os muçulmanos fossem "razoáveis" com os desenhos, no texto do editorial. Horas após a publicação, o jornalista foi demitido por ameaças do governo jordaniano. Como se não bastasse, na noite do dia quatro de fevereiro, o redator chefe do *al-Mebwar*, Hachem Khalidi, foi preso. Algumas horas antes, Momai também havia sido preso pela polícia jordaniana.

Quatro dias depois, em 30 de janeiro, a resposta da imprensa à reação muçulmana começou a se espalhar pela Europa. Nesse dia, o jornal de maior tiragem na Itália, o *Il Corriere della Sera*, publicou dois dos desenhos de Maomé. O jornal popular francês *France Soir*, dois dias mais tarde, lançou uma edição com as 12 caricaturas que estampava na capa: *Sim, nós podemos caricaturar Deus*. Essa edição custou a Jacques LeFranc seu emprego de diretor do jornal. No mesmo dia do *France Soir*, a edição do jornal alemão *Der Tagesspiegel* trazia os desenhos polêmicos.

Publicou, em dois de fevereiro, uma caricatura, na qual um lápis desenha a figura do profeta formada pela frase "Não devo desenhar Maomé". A rede televisiva BBC também transmitiu as charges. O jornal espanhol, *El País*, na edição do dia seguinte reproduziu a mesma caricatura do *Le Monde* em sua capa. A edição do italiano *Libero* também traz as charges sob a manchete *Aquí manda Maomé*, e acrescenta: "Que vergonha, a Europa se rende ao Islã e pede desculpas pela sátira sobre Alá". Isso porque o governo dinamarquês desculpa-se com o Islã.

Na Itália, um dos países europeus onde a liberdade de imprensa tem sido mais defendida nesse episódio, até o jornal econômico *Il Sole 24 Ore* mostrou as ilustrações. Na lista dos defensores italianos ainda figura o jornal *La Stampa*, que reproduziu o desenho de Maomé com um turbante em forma de bomba.

A partir de então cada vez mais os jornais da Europa têm reproduzido os desenhos, entre eles, o *Rzeczpospolita*, da Polônia; o *ABC*, da Espanha; o catalão *El Periódico*; o alemão *Die Tageszeitung*; e outros de países como Suíça, Hungria, Holanda e República Tcheca. O sítio do Museu Nacional da Imprensa de Portugal "expõe" as caricaturas propondo um debate sobre o episódio.

A justificativa ocidental para a publicação é a liberdade de expressão garantida pela constituição de seus países. Porém, vários deles não se manifestaram sobre o assunto ou o fizeram sem a publicação das ilustrações. É o caso da grande mídia americana que se posicionou a favor da liberdade de expressão, mas sem ter publicado nenhuma charge em suas edições.

A direção do *Libero* alega que nos desenhos "há pouco de ofensivo ou de blasfemo. No Ocidente, a sátira sobre temas religiosos é muito mais pesada, e não passa pela cabeça de ninguém protestar". No jornal suíço *Le Temps* leu-se que "liberdade de imprensa e liberdade de expressão são valores fundamentais das sociedades democráticas e elas não devem ceder a demandas que põem em risco princípios duramente conquistados". Na Áustria, a reação da mídia foi ponderada. O jornal *Der Standard* condenou a publicação que chama de "tola e insensível", porém considera a reação muçulmana "excessiva e de forma alarmante".

A reação da mídia árabe foi tão intensa quanto os protestos nas ruas. No Egito, o jornal *Al-Jumburiyah* publicou que mostrar as charges "não é uma questão de liberdade de pensamento, de liberdade de expres-

são ou crença, mas sim uma conspiração contra o Islã e os muçulmanos, cuja preparação começou há muitos anos". Na Arábia Saudita, o *Al-Watan* foi mais radical. "Qualquer tentativa da imprensa europeia de mostrar solidariedade com liberdade de opinião será considerada uma operação muito perigosa com o objetivo de iniciar uma guerra religiosa internacional em grande escala", ameaçou. A ponderação, embora duvidosa, ficou com o posicionamento libanês. No jornal *Al-Safir* leu-se que a mensagem enviada pelos muçulmanos, como o boicote, "é errada em todos os sentidos, porque eles escolheram uma manchete tola para uma batalha que na verdade é sobre caricaturas".

Como uma espécie de vingança, o mais importante jornal iraniano, o *Hamsabari*, juntamente com a Casa da Caricatura do Irã, lançou um concurso internacional de charges. O tema é o Holocausto. Existe até um edital com as regras a serem seguidas. Os doze autores das caricaturas de Maomé foram convidados pela equipe do *Hamsabari* a competir e de acordo com o que disse Mohammad Reza Zaeri, redator-chefe do jornal, essa seria uma forma de eles serem perdoados por Deus. "Queremos saber onde está o limite da liberdade de expressão. Fizemos uma pergunta e queremos uma resposta. O Ocidente acredita na realidade do Holocausto. Se for verdade, aceitem que tenhamos dúvidas; se for mentira, a verdade virá à tona", acrescentou Zaeri.

A primeira charge do concurso foi publicada no dia 13 de fevereiro em um sítio pertencente à Casa da Caricatura do Irã. A charge não contém nada que coloque em dúvida o Holocausto e é dividida em duas partes. A primeira, que tem o título de "Auschwitz 1942", mostra um judeu com uma estrela de Davi nas costas e entra num campo de concentração carregando uma trouxa. No portão está escrito *O trabalho leva à liberdade* (ver ao lado). Na segunda parte, nomeada de "Israel 2002", o mesmo judeu, agora com um fuzil pendurado ao pescoço, chega a um campo parecido com o de Auschwitz, onde parece acontecer uma guerra. No portão lê-se: *A guerra leva à paz*.

No dia 13 de fevereiro, quem acessasse o site *www.irancartoon.com* podia ver entre as caricaturas publicadas um desenho do brasileiro Carlos Latuff. A charge mostra um árabe em um lugar semelhante a um campo de concentração. O uniforme listrado lembra a roupa de prisioneiros nazistas. No lugar da estrela de Davi, uma lua crescente. Porém, o desenho tem data de 2004 e, portanto, não se sabe foi enviado para participar da promoção criada pelo *Hamsabari*.

O chargista Carlos Latuff é carioca e tem muitos tra-

balhos publicados em jornais sindicais. Seu trabalho é sempre de forte conotação política e com ampla abordagem de questões internacionais, como em ilustrações em que se opôs à guerra do Iraque.

A reação da mídia brasileira foi parecida com a da americana. Muitos artigos analisando os fatos, quase todos defendendo a liberdade de expressão, porém pouco se viu das caricaturas publicadas. A revista *Veja* em sua edição de 8 de fevereiro trouxe nas páginas internas três das charges do jornal dinamarquês e mais a capa do *France Soir*.

A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) posicionou-se contra qualquer tipo de restrição, mas com alguns poréns. "Somos contra a censura, mas defendemos um sistema rigoroso de responsabilidade social da mídia. (...) Acho que os jornais europeus têm todo o direito de publicar as charges, mas acredito que



Protesto contra charges ataca imprensa e queima bandeira no Paquistão

também os muçulmanos têm o mesmo direito de reagir ao que consideram uma grave agressão aos seus princípios religiosos. A tolerância reivindicada pelos europeus deve ser precedida pelo respeito e a defesa das diferenças", analisou o presidente Sérgio Murillo de Andrade.

E de acordo com Andrade, a organização não deu orientação alguma aos jornalistas sobre o fato, disse apenas que a Fenaj só se pronunciou sobre o caso apenas "quando consultada ou provocada".

Veja mais:

www.cartoonvirtuallmuseum.org/
f_galeria_maome.htm
www.irancartoon.com

André Vendrami

Onda de protestos se alastra e deixa mortos nos países islâmicos

Os protestos muçulmanos contra as charges publicadas pelos jornais europeus tiveram duas épocas distintas depois que eles começaram a ocorrer fora da Europa. Num primeiro momento, as embaixadas dos países islâmicos reclamaram formalmente ao governo da Dinamarca e incentivaram a população a não comprar produtos produzidos no país. A Arábia Saudita foi o primeiro a tomar tais medidas, retirou o embaixador da nação escandinava e anunciou o boicote no final de janeiro. A Arábia Saudita, maior fabricante europeu de laticínios, foi uma das empresas afetadas e enviou imediatamente um comunicado à imprensa saudita para tentar se distanciar da polêmica. A companhia vende dois terços do total de suas exportações à região. Dias depois, o Irã tomou as mesmas medidas.

O primeiro ministro declarou que o governo não pode agir contra as charges publicadas. Ele foi seguido do presidente da França, Jacques Chirac. Ambos cobraram mais responsabilidade da imprensa, mas deixaram claro que a liberdade de expressão é um dos pilares da democracia. Rasmussen acabou ainda pedindo desculpas pelas ofensas em uma entrevista para a TV árabe *al-Arabiya*. O secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, declarou por escrito que a liberdade de imprensa deve ser exercida, mas com respeito às crenças religiosas.

Em todos os países muçulmanos, o que mais se viu foram multidões em frente a embaixadas dinamarquesas queimando bandeiras, convocações dos fiéis a varrer do mapa os países que publicaram a "blasfêmia" e ameaças aos autores das charges. Segundo a agência de notícias *Islamic Press* (AIP), um comandante do grupo extremista Taleban, o mulá Dadullah, ofereceu cem quilos de ouro a quem matar o chargista que representou o profeta Maomé com uma bomba na cabeça. Além disso, o grupo ainda promete uma recompensa de cinco quilos por cada soldado dinamarquês, norueguês ou alemão morto. Até aí, os protestos ficaram apenas em ameaças.

No dia 4 de fevereiro as manifestações entraram em outra fase, mais violenta. Nesse dia, em um protesto na capital Damasco, os sírios invadiram o prédio das embaixadas da Dinamarca e da Noruega e atearam fogo no local. Os bombeiros controlaram o incêndio, onde também estão as representações da Suécia e do Chile, mas não evitaram a quase total destruição dos escritórios. As embaixadas dos Estados Unidos e da França só não sofreram o mesmo porque a polícia montou guarda.

As primeiras mortes aconteceram dois dias depois do incêndio nas embaixadas em Damasco. Na província de Laghman que fica na região central do Afeganistão, os manifestantes entraram em confronto depois que um homem na multidão disparou contra a polícia e outros atiraram pedras e facas. Com outros protestos pelo país, o saldo foi de quatro mortes.

Mas os que deixaram mais vítimas aconteceram na África. Na Nigéria (nação com maior população islâmica da África, com cerca de 60 milhões de fiéis), muçulmanos se voltaram contra a minoria cristã da cidade de Maiduguri, no norte do país. Atearam fogo

em casas e igrejas e 24 pessoas morreram no conflito. Em Benghazi, no leste da Líbia, 11 morreram e 35 ficaram feridas em um protesto em frente ao consulado da Itália. Além das charges, eles protestavam contra o ministro italiano de Reformas Institucionais, Roberto Calderoli, que mandou fazer camisas com as charges de Maomé. O ministro é membro da Liga Norte, partido xenofóbico e populista. Depois do incidente na Líbia, o ministro foi considerado responsável por instigar ainda mais os islâmicos e renunciou. A essa altura, o jornal dinamarquês que publicou as primeiras páginas, o *Jyllands-Posten*, já havia se desculpado com a população islâmica mundial. Mas o pedido parece não ter surtido efeito. As manifestações continuaram diariamente na Ásia, África e Europa, e cada vez mais violentas.

Wladimir D'Andrade

Só uma escola não tem dívidas

Desfile de carnaval custa mais que arrecadação. Credores estão de olho no sambódromo

Protegidos da Princesa, Embaixada Copa Lord e Unidos da Coloninha. O consenso este ano entre as escolas de samba que desfilam no carnaval de Florianópolis é a quitação de dívidas. Uma situação que já se arrasta por vários anos, em alguns casos até décadas, tem a promessa de chegar ao fim. Das quatro escolas da capital, apenas uma não está no vermelho. A Consulado do Samba começou o ano prevendo apenas no que gastará para o desfile do dia 25 de fevereiro.

Má administração e compra de material sem licitação são as causas de uma dívida de R\$ 280 mil da escola de samba Protegidos da Princesa, que começou a ser acumulada em 1974. O presidente Carlos Bittencourt conta que as providências para o pagamento somente foram tomadas em 2005, quando ele assumiu o cargo.

A mesma situação ocorreu com Júlio Santos Neto, presidente da Copa Lord. Quando assumiu a escola, em julho de 2005, recebeu o buraco de R\$ 260 mil no orçamento, acumulado nos últimos 10 anos. "O título de tri-campeã, em 2004, foi em meio a dívidas. Os antigos diretores fizeram investimentos fora da realidade da Copa Lord", explica.

Na Coloninha, a dívida de R\$ 230 mil, em 2004, foi reduzida para R\$ 130 mil este ano. Coincidência ou não, elas começaram em 1995, ano do último título da escola. Depois disso, os torcedores da escola de samba sofreram com seguidos terceiros e quartos lugares. O presidente Alexandre Rates resolveu seguir o exemplo das companheiras de desfile e também acertar as contas esse ano. "Estamos substituindo materiais para poder ter sobra", explica. Uma vantagem da Coloninha é possuir sede e quadra próprias. Assim, é possível realizar festas durante todo o ano e reverter os lucros para os pagamentos que restam.

Essa também foi uma das soluções encontradas pela Consulado do Samba que, de acordo com o diretor social e de eventos, Giovane de Freitas, possuía R\$ 120 mil em dívidas até 2004. "Hoje, não devemos nada a ninguém, estamos com todas as dívidas sanadas", comemora. O presidente Salomão Lobo de Souza Filho lembra que "a quadra não era usada para eventos, não era rentável". Atualmente, ela é utilizada para shows durante todo ano. Na temporada pré-carnaval, baterias e puxadores de escolas de samba do Rio de Janeiro apresentam-se no local. Esse ano, participaram integrantes da Salgueiro, Porto da Pedra, Imperatriz e Mangueira. Em cada evento a Consulado arrecada cerca de R\$ 14 mil. Em 2005, ainda devendo R\$ 60 mil, três shows foram suficientes para pagar a dívida. "Agora o dinheiro é usado para a manutenção do local e dos instrumentos da bateria", explica Freitas.

As maiores dívidas das três escolas de samba são com fornecedores de materiais, a maioria de Florianópolis. "Antes nós comprávamos aqui, agora só em São Paulo", diz Rates, da Coloninha. O presidente da Copa Lord concorda e diz estarem pondo em dia os pagamentos. "Estamos em contato e eles estão sendo pacientes", comenta Santos. Mesmo assim, a escola responde por duas ações judiciais movidas por credores.

A perda na confiança das empresas locais resultou na procura de fornecedores no eixo Rio-São Paulo. "Agora que as empresas daqui estão vendendo que as dívidas estão sendo pagas, voltaram a vender pra gente", explica Rates. Esse ano, o carnaval da Coloninha vai ser feito com mais da metade de materiais comprados de empresas da capital.

Boa parte do dinheiro usado para montar o carnaval vem do governo do Estado e da Prefeitura. Juntos, eles doam R\$ 495 mil para cada escola – R\$ 345 mil da Prefeitura e R\$ 150 mil do governo estadual. Só para esse ano, o município desembolsou R\$ 1,38 milhão. O coordenador do carnaval da Secretaria de Turismo (Setur), Tiago Silva, lembra que nos anos anteriores essa ajuda era de R\$ 230 ou R\$ 250 mil. "Estava no plano de governo do atual prefeito valorizar o carnaval. Estamos ajudando mais", explica. O dinheiro que era doado às escolas voltava aos cofres públicos por meio de propagandas publicitárias e da venda de ingressos no sambódromo. "Mas esse lucro não cobria todas as despesas", comenta Silva.

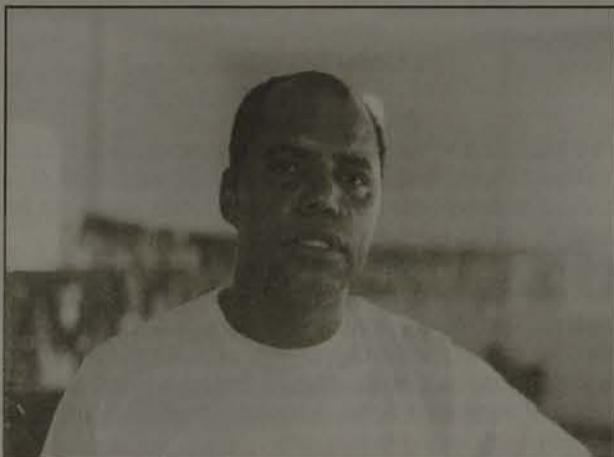
O secretário de turismo da capital, Mário Cavallazzi diz que esse ano o carnaval será totalmente patrocinado. Os R\$ 3,5 milhões gastos com as escolas, instalação de camarotes, arquibancadas, banheiros, segurança, entre outros, serão ti-



Rates: Coloninha substitui materiais para pagar dívidas



Lobo atribui sucesso da Consulado à gestão familiar da escola



Bittencourt: faltou administração competente na Protegidos

rados do Fundo de Turismo e da Lei Rouanet – de incentivo à cultura. "O carnaval virou um produto, dividido em cotas que foram compradas por empresas", explica o secretário. Comprando essas cotas, é possível abater 5% do ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviço) de cada empresa. Celesc, Tractebel, Salfer e Ambev foram as compradoras de, no total, R\$ 2,5 milhões. O outro milhão ficou por conta da Lei Rouanet.

Os presidentes das quatro agremiações estão felizes com a postura dos atuais governantes. "Estamos tendo acesso maior com a prefeitura e o governo nessa gestão", comenta Rates. O presidente Lobo, da Consulado do Samba, explica que a prefeitura sempre apoiou a festa, mas o governo estadual

está muito mais empenhado esse ano, em comparação com os carnavais anteriores. Agradou ainda mais a ideia de formação da Liga das Escolas de Samba de Florianópolis, que foi organizada em setembro e vai administrar o carnaval a partir de 2007, com o apoio do prefeito Dário Berger.

Mesmo com toda essa ajuda, as várias parcelas anuais para a compra de material e pagamento de empregados não são suficientes. Como o custo do desfile de cada escola está previsto, esse ano, para cerca de R\$ 700 mil, fica faltando muito para fechar o orçamento. A venda de fantasias cobre uma parte e doações de empresas privadas deverão completar o que falta. Uma dessas empresas é uma geradora de energia que, desde o carnaval passado, doa R\$ 30 mil para cada escola. Ela prefere não ter seu nome divulgado, pois sua política de responsabilidade social está voltada para setores que envolvam crianças e adolescentes, e não escolas de samba.

Analisando todas as escolas de samba da capital, vê-se que faltou uma administração competente para evitar as dívidas. As atitudes estão sendo tomadas agora, com as novas diretorias. Todas dizem ter os pagamentos pendentes como prioridade. O presidente da Protegidos da Princesa, Carlos Bittencourt, arrisca-se a dar a receita ideal para a boa administração: "fazer licitações entre os fornecedores de material, contratar pessoal qualificado e reduzir a mão de obra".

Já o presidente da Consulado, Salomão Lobo Filho, acha que o sucesso está no modelo de empresa familiar. "As famílias dos diretores da escola são as que trabalham, mais ninguém de fora", explica. Só da sua família, Lobo conta oito parentes responsáveis por diversas áreas. "São pessoas comprometidas com a família e a escola", completa.

Independência seduz os sambistas

Em 2006, a novidade do carnaval de Florianópolis não foram fantasias e nem sambas-enredo. O assunto mais falado entre os sambistas da capital é a criação da Liga das Escolas de Samba de Florianópolis (Liesf). Fundada em setembro de 2005, terá sua primeira participação efetiva na festa desse ano. "A ideia é repassar toda a responsabilidade do carnaval para a Liga já em 2007", explica Salomão Lobo de Souza Filho, presidente da Liesf e da escola Consulado do Samba. Ele foi eleito por seis diretores e representantes de cada escola, totalizando 24 fundadores.

Os presidentes das agremiações estão animados com a possível independência e o apoio da Prefeitura e do governo do Estado. "Ninguém pode reclamar, estão auxiliando em tudo e estão sempre à disposição", comenta Souza. "Estamos tendo mais acesso à Prefeitura nessa gestão", continua Alexandre Rates, presidente da Coloninha.



As esperanças renascem com a Liga

O coro é reforçado por Carlos Bittencourt e Júlio Santos Neto, da Protegidos da Princesa e da Copa Lord, respectivamente. A ideia de administrar o carnaval da capital agradou a todos.

O secretário de Turismo, Mário Cavallazzi explica que haverá uma transição entre os dois modelos de gestão. "Estamos revendo um pouco a ideia de repasse total para a Liga",

afirmou Cavallazzi. A proposta atual é dividir o lucro entre a Prefeitura e as escolas. O sambódromo seria palco de eventos durante todo o ano e o dinheiro seria usado para a conservação do local e ajuda às agremiações. Diferente do que pensavam os membros da Liesf, a passarela Nego Quirido não será entregue à Liga. "Gastamos R\$ 600 mil por ano em reparos no sambódromo. Usaremos o lucro dos eventos para cobrir essa despesa", argumenta o secretário.

Tatyana Azevedo

Temporal deixa Copa Lord na lama

Além de quitar dívida, escola deve correr para restaurar fantasias destruídas pela água

A situação não podia piorar para a escola de samba Copa Lord. Com dívida de R\$ 210 mil ainda a ser paga, sua sede sofreu uma inundação na quinta-feira, 2 de fevereiro. A forte chuva que caiu durante a madrugada em Florianópolis derubou o muro de contenção que impedia a água que descia do Morro da Caixa de entrar na escola. Os três andares do prédio ficaram debaixo de água.

No meio da tarde ainda havia caminhões descendo o morro com a lama retirada da sede da escola. Livros infantis da biblioteca instalada no prédio, cadernos da administração, caminhões e pessoas com pás se misturavam na calçada. No salão do piso térreo, as fantasias secavam estendidas em fios. Descendo a escada, pessoas trabalhavam desde sete da manhã para tirar a água, ainda barrenta, e, mesmo assim, muito faltava para ser limpo. Os instrumentos da Bateria Show foram deixados ali, num vão mais alto, para evitar que molhassem ainda mais. Na administração, tudo perdido. Sofá, mesa, estante e 15 computadores. Todos ficaram debaixo de um metro de água, comprovado pela marca na parede.

O prejuízo mais urgente a ser recuperado são as cerca de 600 fantasias destruídas pela água. O responsável pelo setor de corte e supervisão do serviço de costura, Élio Silva, explicou que a maioria dos tecidos era branco, e ficou manchado com a lama que desceu do morro. Ao mesmo tempo, estendia cuidadosamente as fantasias roxas e vermelhas ainda úmidas.



Santos: Copa Lord viu dívida aumentar

A notícia da enchente da escola foi dada ainda durante a madrugada pelo guarda noturno e pelas pessoas que continuavam trabalhando no setor de adereços em outro prédio também no morro da Caixa. Mesmo assim, não foi possível evitar, pois "era impossível subir o morro com a chuva e água forte descendo", lembra Silva. A limpeza começou apenas na manhã do dia seguinte.

O vice-presidente e diretor de carnaval da escola, Antônio José Leopoldo, calculou os estragos em mais de R\$ 100 mil. "Fantasias de oito alas foram danificadas, e o tempo é curto para refazer tudo", completou. O desânimo durou pouco. A notícia de que a Liga das Escolas de Samba de Florianópolis (Liesf) iria ajudar financeiramente a Copa Lord animou a todos. Os presidentes das outras agremiações se reuniram no mesmo dia e foram à sede ver os estragos. Salomão Lobo de Souza Filho, presidente da Liesf, explicou que o dinheiro sairá da parcela do governo do Estado destinada ao carnaval de Florianópolis - R\$ 3,5 milhões no total. (TA)



Computadores e 600 fantasias foram danificadas pela chuva



Carnaval tenta atrair folião com mudanças

Nesse ano, o carnaval de Florianópolis, além da continuidade prevista dos eventos tradicionais, conta com diversas novidades. Oficialmente intitulada "Carnaval da Magia 2006", a grande festa prevê a realização de 20 eventos. As mudanças, em relação ao ano passado, vão desde a criação de um espaço cultural sobre a história do carnaval na cidade até alguns projetos de reforma estrutural da Passarela Nego Quirido.

O calendário já teve início, com os ensaios das escolas de samba realizados na praça XV. Na sexta-feira 13 de janeiro, as prévias do desfile começaram com a Consulado do Samba, que traz a própria praça como tema. Já a Protegidos da Princesa, Embaixada Copa Lord e Unidos da Coloninha, que, nessa ordem, se apresentaram nas sextas seguintes, têm o Colégio Catarinense, as bruxas e a cachaça como enredos, respectivamente.

Em seguida, a programação traz a 6ª edição do Concurso de Músicas de Carnaval, que teve as eliminatórias realizadas nos dias 9 e 10 de fevereiro, no vão Central do Mercado Público. No dia 17 de fevereiro foi aberta a 14ª festa do Berbigão do Boca, e escolhida Paola Cristina de Freitas, da Copa Lord, a Rainha do Carnaval. O evento teve a presença do Rei Momo Hernani Hulk, que completa 20 anos de "reinado" nesse carnaval.

Na quinta-feira, 23 de fevereiro, foi promovido pelo bloco SOS, da Fundação Hospitalar de Santa Catarina, o "Enterro da Tristeza". A idéia é fazer um cortejo fúnebre, que seguirá pelas ruas do centro histórico no final da tarde, levando um "defunto" como símbolo da tristeza, a ser sepultado na Praça Fernando Machado. No mesmo dia, ocorreu um baile de gala no Costão do Santinho Resort, evento restrito a convidados.

O carnaval tem início oficial no dia 24, com a abertura dos bailes públicos, em três pontos urbanos: Praça XV, avenida Hercílio Luz e Praça Fernando Machado. Os bailes seguem até o dia 28, com shows a partir das 21 horas. No sábado 25 se realiza, à tarde e no início da noite, o desfile dos "Blocos de Sujo" na Praça XV. Os foliões, entretanto, precisam estar na Passarela Nego Quirido às 22 horas, para acompanhar o desfile oficial das escolas de samba, que se apresentam nessa ordem: Protegidos da Princesa, Unidos da Coloninha, Embaixada Copa Lord e Consulado do Samba.

O dia 26 prevê uma novidade. Pela primeira vez, a programação traz um Concurso para Blocos Carnavalescos, a fim de estimular o surgimento de novas escolas de samba. O desfile será aberto ao público a partir das 20 horas, e o bloco campeão ganha R\$ 10 mil como prêmio. Além do novo evento, o dia conta com o Concurso de Fantasias na Praça Fernando Machado, às 21 horas, e com o Baile da Terceira Idade no Clube Doze de Agosto, às 14 horas.

A apuração dos votos que definem a escola campeã será às 15 horas do dia 27, na Passarela Nego Quirido. Às 21 horas, a outra passarela da cidade, na avenida Hercílio Luz, dá espaço para o 13º Concurso Pop Gay, para a comunidade GLS da cidade. Finalmente, o encerramento do carnaval de Florianópolis se dá no dia 28, com o desfile da escola campeã, às 21 horas.

Para que tudo aconteça em harmonia, a Passarela Nego Quirido está passando por uma reforma estrutural de reforço das arquibancadas de concreto. A obra, primeira desde a inauguração da passarela, faz parte de um pacote de medidas que tiveram início no dia 23 de janeiro, a fim de preparar o local para os desfiles. O projeto técnico da reforma foi elaborado para tornar as estruturas da arquibancada mais seguras. Todos os cabos de aço que sustentam as quatro arquibancadas, e que estão corroídos, foram substituídos por vigas metálicas em aço estrutural.

As medidas ainda incluem a lavagem e pintura das arquibancadas, reforma dos portões e alambrados, recapeamento da pista e ampliação dos camarotes, que passarão a ter três andares e vão colocar mais 120 ingressos para o público. A nova estrutura, que será montada e não construída, tem o objetivo de proporcionar uma maior oferta de entradas, e, por consequência, reduzir o número de cambistas. O projeto prevê ainda um terceiro andar fixo, como no sambódromo do Rio de Janeiro, que possa ser construído até o carnaval de 2007.

A grande novidade desse ano, no entanto, é a criação do primeiro espaço cultural sobre o carnaval florianopolitano. Sediada no prédio da antiga Câmara dos Vereadores, em frente à Praça XV, a "Casa do Carnaval" funciona como um museu da história carnavalesca na cidade, narrada através da própria história de Florianópolis. Baseada no sucesso da "Casa do Papai Noel", que ocupou o mesmo espaço na época do Natal, a "Casa do Carnaval" fica aberta ao público até o dia 3 de março. Nela, o visitante pode passar pelas diversas salas de exposição, que têm como tema as personalidades marcantes do carnaval, os blocos e os clubes.

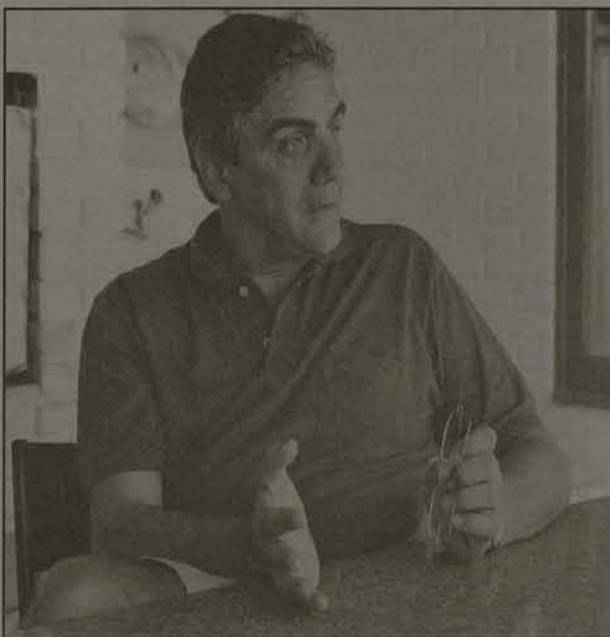
Cada escola de samba também conta com seu espaço, onde podem mostrar sua história, divulgar o desfile e comercializar produtos, dos mais diversos. No salão de exposições principal foi organizado um acervo histórico do carnaval, com fotografias, fantasias de luxo, recortes de jornal, entre outros. O prédio dispõe de um café e uma oficina de adereços carnavalescos, na qual o visitante pode ver a confecção de determinado objeto e comprá-lo, se desejar.

Gustavo Bonfiglioli

Markun revive Vlado e ditadura

Autor de 9 livros, jornalista critica o jogo político, a hipocrisia da imprensa e corrupção

As mudanças da vida fizeram com que os tempos de atuação contínua em redações de jornais, revistas e telejornais virassem recordações. O foco continua sendo o jornalismo, mas os instrumentos mudaram. O jornalista Paulo Markun atualmente se dedica à apresentação do programa Roda Viva, da TV Cultura, e na produção de livros sobre assuntos políticos em geral. Autor de nove livros (o mais famoso é *O sapo e o príncipe*, de 2004), Markun lançou em novembro sua obra mais recente, *Meu querido Vlado*. A atenção central é a vida do colega Vladimir Herzog, torturado e morto pela ditadura militar, mas também há relatos sobre o jornalismo exercido nos conturbados anos do regime. Fundador do *Pasquim São Paulo* e das revistas *Imprensa* e *Radar*, o jornalista atuou em veículos como *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *O Globo*, Rede Bandeirantes, Record e Manchete. Morando há mais de 15 anos em Florianópolis, Markun fala, em entrevista ao *Zero*, sobre a profissão, a política atual, os problemas na imprensa e sobre a ditadura militar, período que rendeu inúmeras histórias.



"Mataram Manoel Fiel Filho e inventaram a versão do suicídio"

Zero- Você fala no livro que o jornalista Vladimir Herzog chegou "no olho do furacão" por força das circunstâncias. Quais eram essas circunstâncias?

Paulo Markun- Bom, foi a coincidência de dois processos. De um lado, o governo do Geisel e os órgãos de segurança tinham, de alguma forma, decidido acabar com o Partido Comunista. Tem lá no livro (*Meu querido Vlado* / Paulo Markun, Rio de Janeiro, Objetiva, 2005) a data exata, foi em 1974...houve uma resolução; eles chegaram à conclusão de que o PC brasileiro, a única força de esquerda que havia sobrevivido, era o que estava mais organizado e que tinha mais experiência em atuar nessa situação de clandestinidade, o que poderia ameaçar a política que eles chamavam lá de "abertura"; "distensão".

Z- Isso seria ajudando o MDB?

PM- A própria idéia, por exemplo, do anticandidato; a campanha política que o Ulysses Guimarães fez percorrendo o Brasil como candidato à presidência da República, sabendo que não tinha nenhuma chance de se eleger, porque era uma eleição indireta, foi proposta pelo pessoal do Partido Comunista para o MDB. E os militantes comunistas, que eram poucos, tinham essa deliberação de participar do MDB. Em 1970, eu fiz a campanha pelo voto nulo...era estudante secundarista e, junto com outros colegas, fiz a campanha 'Vote nulo: vote na UNE', porque a gente achava que não tinha sentido votar no MDB, que era um partido consentido, mas obviamente a gente tava errado. Uma maneira de você tinha de pressionar a ditadura pra que ela fosse cedendo alguma coisa era justamente participar do processo ainda que fosse só pra denunciar, como o Ulysses Guimarães fez. Mas as circunstâncias eram essas: de um lado era a deliberação de acabar com o PC mas, de outro lado, a briga interna dentro do governo entre a linha-dura e o próprio Geisel e o Golbery. Se vocês analisarem a campanha que foi feita contra o Vlado, desde sua posse na TV Cultura, ela não queria, na verdade, derrubar o Vlado. Era muito fácil de, simplesmente, demitir o cara. O objetivo era incriminar o secretário da Cultura de São Paulo, que era o José Mindlin [empresário, bibliófilo], o Paulo Egydio, governador de São Paulo, e por extensão o Geisel e o Golbery. Isso foi dito pra gente, inclusive, lá no próprio DOI-CODI [Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna] que eles eram os grandes inimigos, que um dia o Golbery ia chegar lá e eles iam pendurar o cara no pau-de-arara e coisas do tipo. Então, foram essas as circunstâncias que levaram a esse processo. De um lado o fato de ele ter assumido a TV Cultura, e ter sido imediatamente denunciado como comunista, e do outro lado essa campanha sistemática contra o Partidão [Partido Comunista].

Z- Muitas pessoas morreram e foram torturadas nos

porões da ditadura. No entanto, Vladimir Herzog virou símbolo desse período e sua morte ajudou a desencadear o processo de distensão política no Brasil. Por que Herzog? E, se não tivesse sido ele, quem seria?

PM- Foi ele porque, em primeiro lugar, ele era do 'Partidão', que tinha uma organização. Todos nós tínhamos endereço certo, família, emprego, relações pessoais na sociedade...quando se prendia um militante das organizações de extrema esquerda que estava na luta armada, na maioria dos casos já era gente que não tinha mais vínculos com a vida normal. O cara já tinha adotado um nome falso, passado a não trabalhar mais, ou, na melhor das hipóteses, era um contato qualquer que atendia às exigências da organização, mas pra fazer a luta armada. Nós não, a nossa atuação era no sindicato, no centro acadêmico, na redação, no MDB, na sociedade 'Amigos de bairro', e assim por diante. Então pesou o fato dessa vinculação com a sociedade. O segundo ponto que

"Enquanto você leva um choque, não consegue pensar. Fica meio atrapalhado, não dá tempo"

pesou é que o próprio Vlado era um jornalista conhecido. Não era um cara famoso na profissão, como hoje alguns jornalistas são, que aparecem na televisão, coisas assim, mas era editor da revista *Visão*, tinha trabalhado no *O Estado de São Paulo*, quer dizer, tinha muitas relações. O terceiro fato foi que ele se apresentou. Os caras permitiram que ele se apresentasse, então, foi muito mais chocante a morte dele. E, finalmente, o fato de que já existia ali, na ocasião da morte, um início de abertura política e liberdade de imprensa, fazendo com que, pelo menos o *jornal O Estado de São Paulo* pudesse noticiar, em partes, o que estava se passando. E, de alguma forma, ali a sociedade conseguiu se organizar pra realizar o ato religioso, que teve oito mil pessoas, depois fazer um manifesto, o Rodolfo Konder [jornalista torturado] entrar com uma ementa no poder judiciário, a família entrar com um processo contra a União...mas não dá pra saber quem seria no lugar dele, ou se existiria alguém. A morte do Manoel Fiel Filho [operário morto pelo regime], por exemplo, provocou um resultado mais impactante pra história do partido; foi a primeira vez que um ditador demitiu um subordinado porque o cara não tinha cumprido uma ordem dele. Qual que era a ordem? Não matar...podia torturar, o Geisel sabia da tortura, ele não era contra. Mas ele tinha determinado que não iam matar ninguém ali, só que mataram e inventaram a mesma história do suicídio. Agora, do ponto de vista da sociedade, a repercussão da morte do Manoel Fiel Filho foi muito

menor, justamente porque ele era um operário metalúrgico; pouco conhecido...Além disso, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, ao contrário do que fez o dos Jornalistas, não se mobilizou...Eu não sei te dizer quem seria no lugar do Vlado, mas foi ele por causa dessa conjunção de vários fatores.

Z- Em 1985, você lançou o livro *Vlado - Retrato de um homem e de uma época*. No que ele difere dessa nova publicação, na abordagem e no contexto?

PM- Esse novo livro é um relato pessoal; é a minha história e a história do Vlado. O outro era uma coletânea de depoimentos que eu só costurei com alguns detalhes desse episódio que eu vivi, mas apenas como forma de compreensão do processo. É uma abordagem diferente. Eu acho esse mais recente, ele é um livro muito mais fácil de ler.

Z- Ele é bem didático né? Explica quem era cada pessoa, o quê era o quê...

PM- É. Eu inicialmente tinha pensado em fazer uma carta pro Vlado, em primeira pessoa, como se eu tivesse falando com ele. Ai eu escrevi um pedaço e vi que aquilo não ia resistir, porque se você lesse, não ia entender nada. Eu falava "sabe o Weiss?", mas quem é o Weiss? Daí ia ter que escrever uma nota de rodapé: "Luís Weiss, tal tal tal...". "Sabe o Ednardo?" ou "e aí fulano de tal disse pra beltrano". Todas essas pessoas teriam que ter notas de rodapé, e ia ter mais nota de rodapé do que livro, no final. Então eu troquei e adotei essa política nova, do relato pessoal.

Z- Qual é a faixa etária dos leitores e como está sendo a vendagem do livro?

PM- Olha, eu tenho visto gente dizendo que está lendo o livro, mas não sei te falar quem...Sei que está bem exposto. Porque essa é uma situação em que a gente nunca sabe a performance do livro...O que você verifica é que ele está exposto; sabe que tem gente procurando por ele. Houve uma boa distribuição agora no Natal, que é uma época em que se vendem muitos livros. Mas quem está lendo eu não sei. Tem muitos estudantes que já leram, mas gente também da minha idade, gente mais velha, gente de todo o tipo, que leu e achou interessante...que não sabia daqueles episódios, não tinha noção do que era.

Z- O Vlado era seu colega de trabalho e amigo. Escrever sobre uma pessoa próxima ajuda ou dificulta o trabalho investigativo?

PM- Não, pra mim é o contrário. O difícil foi incluir essas impressões pessoais, porque tem 34 anos que eu procuro deixar isso de lado, e tenho certeza que, muitas vezes, as coisas que tem a ver com a vida da gente não são notícias, e nem objetos de interesse das pessoas em geral. Nesse caso, em particular, eu vivi um episódio em que algumas coisas

que aconteceram comigo interessam à sociedade. Então a dificuldade foi fazer o contrário...o que incluir e quanto incluir da vivência. Até porque eu era muito garoto também, tinha 23 anos, e estava na atividade profissional desde os 19. O Vlado tinha 38, e a gente teve uma convivência muito intensa, mas muito curta, porque começou em março e acabou em outubro de 75, antes eu não o conhecia. Nesse tempo todo a gente pouco conversou sobre família, casamento, mulher, qualquer outra coisa que não fosse trabalho e política, mais trabalho do que política, porque ele não tinha muito saco pra isso e eu também não. E, quando a gente conviveu, que foi justamente quando eu fui pra TV Cultura, no início de setembro, começou imediatamente essa campanha que mobilizou a gente pra ver como reagir. Então, a conversa era, na maior parte do tempo, sobre o que fazer, como tinha sido o noticiário daquele dia, se estava certo dar aquela matéria ou não. Mas claro, a gente saía às vezes pra jantar, nos encontrávamos pra conversar essas coisas pessoais. Bom, e eu também tenho uma péssima memória. Então, algumas das histórias que estão no livro foram outras pessoas que me contaram, porque eu não lembrava. Esses detalhes assim 'ai você lembra que nós fomos pra não sei aonde...', eu não lembrava nada, não é só com ele. Então não teve essa dificuldade, a dificuldade foi o contrário, mesmo. Até onde vale a pena relatar uma experiência tão pessoal assim, e ao mesmo tempo evitar ficcionar a história. É muito fácil, depois que acontece uma coisa, você

“Não podíamos comentar nada”

contar uma história que não é verdadeira; você inventa. Isso eu já percebi em várias circunstâncias com várias pessoas envolvidas na história, que me contaram detalhes que nunca aconteceram, e aí se começa a construir uma ficção. E por exemplo, eu não sei relatar a sensação que eu tive quando eu fui preso. Uma pergunta que sempre fazem: ‘Você teve medo de morrer?’. Pô, eu não pensei nisso. Primeiro que, enquanto você está levando choque, não consegue pensar em nada. E depois você fica meio atrapalhado, não dá tempo. Eu só me dei conta disso foi depois que o Vlado tinha morrido, que eu já tinha saído da prisão. Talvez eu pudesse ter morrido no lugar dele, mas seria um acidente como foi o dele, eu acho. Não acredito que aquilo tenha sido uma coisa deliberada, pelo contrário, a confusão se criou porque não era pra ele morrer.

Z- Foi difícil encontrar fontes documentais do extinto DOPS para a elaboração do livro?

PM- Não, isso é fácil. O Romeu Tuma, justamente, botou todos esses documentos do DOPS [Departamento de Ordem Política e Social] no Arquivo do Estado em São Paulo, inclusive sobre a abertura política, etc. Está catalogado, arquivado lá. Ou você precisa ser parte interessada ou tem que obter uma autorização das pessoas envolvidas, mas basta ir lá e pesquisar. Mas, o que eu gostaria de ter tido acesso, que são os documentos do SNI [Serviço Nacional de Informações], ainda não foram abertos. Eu não acredito que vá mudar alguma coisa nesse enredo de como que ele morreu, mas tenho impressão que alguma novidade há de se encontrar lá. Por exemplo, no dia em que eu fui preso, eu sei que o Vlado tinha ido se encontrar com o chefe do SNI em São Paulo, pra conversar com o cara, na sexta-feira à tarde. Como eu não falei mais com ele, não sei o que aconteceu. Imagino que esse encontro deva ter um tipo de relatório, e talvez se pudesse descobrir como é que funcionava esse esquema da campanha que era feita. Safa nota no jornal, saíam deputados na tribuna da Assembleia Legislativa acusando a Cultura de comunista, e isso não era produzido no DOI-CODI, era uma espécie de operação paralela, e eu não sei direito como que se fazia. Como é que os jornalistas que se prestavam a esse serviço, como recebiam as informações, se ganhavam pra isso, se era só por ideologia...

Z- Você pode dar os nomes de alguns jornalistas envolvidos nessa campanha?

PM- O mais conhecido é o Cláudio Marques, que assumiu isso publicamente. Algumas outras colunas reproduziam a mesma acusação, mas não eram assinadas. Também tem uns três ou quatro parlamentares envolvidos. E o próprio Romeu Tuma, como o documento que eu localizei lá no Arquivo do Estado demonstra.

Z- Como era ser jornalista na época da ditadura? Muita gente afirma que se fazia um melhor jornalismo naquela época, apesar da censura.

PM- Gente que nunca foi jornalista naquela época, só pode ser. Isso é o que eu acho inacreditável. É, na minha teoria, um complô dos professores de jornalismo pra dizer pros estudantes, ou uma fantasia dos estudantes, porque não é possível. Não se fazia jornalismo na ditadura. As pessoas tentavam fazer, mas se você tivesse uma denúncia contra qualquer um, contra o prefeito, governador, secretário da saúde, ela não saía. E se saísse alguma coisa, imediatamente aquilo era proibido, era mandado um telegrama pra todas as redações e não se falava mais no assunto. Uma grande parte das informações que a gente recebia chegava nas redações pelos telegramas da censura. Na verdade, só tinha censura mesmo, quer dizer, o censor presente na redação, no *Estadão*. Já a *Veja*, *Tribuna da Imprensa*, o *Opinião*, o *Movimento* e o *Jornal de São Paulo* [da Igreja católica] eram submetidos à censura prévia, mas eles tinham que mandar o material pra Brasília, ou pra um censor, e o cara lá examinava e devolvia tudo riscado: ‘isso aqui pode, isso não pode’. No livro do Vlado de 85 eu transcrevo uma matéria, que a *Veja* fez na época, que foi a melhor matéria sobre a morte do Vlado. Se você lê, ela não dizia que o ele foi assassinado, não tinha como dizer, não tinha condição política de fazer isso. Mas, de alguma forma, ela colocava em dúvida a versão oficial. Essa matéria nunca foi publicada [O texto foi publicado em mídia impressa, pela primeira vez, no *Zero*, em julho de 2004, Ano XXI, Número 5]. Então de que adianta fazer jornalismo se não se publica a notícia? Agora, nas outras redações, na *Folha*, no *Globo*, no *Jornal do Brasil*, em todas as emissoras de TV, rádio e tal, recebia-se um telegrama: ‘Fica proibida, da

ordem da censura federal, a divulgação do suicídio do terrorista fulano de tal em tal lugar’ ou do ‘atropelamento do terrorista tal’ ou ‘de qualquer tema que aborde a sucessão presidencial’ ou ‘do discurso do general fulano’. Nós, os jornalistas, ficávamos sabendo, mas o público não sabia. Não há nenhuma proximidade do que é a imprensa de hoje com o que ela era na época. A outra ilusão que se difunde muito, e que me irrita profundamente, é de que os jornalistas, na ditadura, eram combativos e vigorosos, e hoje são um bando de bunda-moles, e não é verdade. A grande maioria dos jornalistas fazia o que o patrão e a censura mandavam e ponto final; estava a fim de garantir o leitinho das crianças, como é hoje. Qual a diferença? Não tem diferença nenhuma, nesse aspecto. Só que, antes, não adiantava você fazer. Hoje, se qualquer pessoa, seja jornalista ou não, tem uma denúncia, essa denúncia será veiculada. Se não for por jornal, é por revista. Se não for por revista, é por rádio. Se não for por rádio, é pela televisão. Se não for por nenhum desses, pela Internet... nós temos liberdade. Não sei porque, isso é recorrente toda vez que eu vou falar em alguma universidade, sempre vem esse papo furado. É papo furado, não vale nada. Aí, eu suspeito que seja a ingenuidade de quem não viveu com, perdão pela palavra, a má-intenção de quem viveu. Porque se

argelino na verdade, que lutou na guerra de libertação da Argélia. Ele foi preso, violentamente torturado, não falou nada, sobreviveu e, se não me falha a memória, ou está vivo até hoje ou morreu faz pouco tempo. No próprio livro (*Meu querido Vlado*) tem a mini-biografia dele. Esse cara, no livro dele, contava em detalhes a tortura que tinha recebido, mas dava a idéia de que bastava você ter fé na luta revolucionária; confiança na força do povo que seria capaz de resistir a qualquer tortura, e isso não é verdade. Claro, não é verdade pra grande maioria dos casos, há pessoas que resistiram, mas elas são exceções. A regra é: qualquer pessoa submetida à tortura mais bárbara e violenta, em alguns casos tendo o olho arrancado, sendo empalada viva, etc, ou então quando, além de ser torturada, tinha a mãe, a mulher, o marido, o pai, o irmão ou algum familiar torturado também, ou obrigado a torturá-la e vice versa, como aconteceu com alguns companheiros nossos. Nessas circunstâncias, as pessoas que conseguem resistir, em nome de uma fé, seja ela qual for, são, no mínimo, exceções. Podem ser grandes heróis, mas não são pessoas normais. As pessoas normais não agüentam. E a segunda coisa marcante foi o fato dos caras me torturarem e, junto comigo, levarem minha mulher, que eu não imaginei que fosse ser presa em nenhum momento. Ela já não tinha mais militância



Jornalismo: “Grande parte das informações que recebíamos chegava nas redações pelos bilhetinhos e telegramas da censura”

alguém que viveu acha que era melhor naquele tempo, que me prove, porque nós não podíamos comentar nada. Hoje, se você quiser dizer que o Lula é ladrão, que o FHC é não sei o quê, você diz. Você pode até ser processado se não for verdade; se você não conseguir provar, mas é completamente diferente. A situação é outra. É muito melhor a democracia que a ditadura. Eu acho que isso é um pouco “anos dourados”; aquela coisa de fantasiar o passado. Em passeatas, qual a porcentagem de estudantes que vocês acham que participavam? Menos de 5%. A grande maioria não ia, não queria nem saber. Uma parte da explicação dessa ilusão é o desencanto com a política atual, com o governo atual, isso eu entendo. Com o fato de que a gente chegou na democracia e o país não mudou, continuam as desigualdades, as injustiças, mas isso é assim mesmo, o que nós vamos fazer? Tem que tocar o barco adiante. Agora, achar que no passado era melhor? Isso é que nem dizer que na Grécia Antiga se vivia melhor do que hoje, e isso é mentira. Tinha 40 escravos pra cada homem livre, hoje todos são livres. Alguns vivem em condições de escravo, aliás, muitos, mas o fato é que todos são livres. Ninguém é obrigado a trabalhar pra um senhor o resto da vida.

Z- Você foi preso uma semana antes de Herzog. Pode nos falar sobre sua experiência no DOI-CODI?

PM- Posso, claro. Há duas coisas marcantes, a primeira é que eu, pelo menos, tinha uma idéia romântica do que era a tortura. O que influenciou esse ponto de vista foi um livro que eu li de um militante argelino chamado Henri Alleg, franco-

no partido; só tinha participado de uma das reuniões recentes, na época. Eu não imaginava que isso fosse acontecer. O que mais me marcou nesse período, apesar de tudo, foram essas duas condições. Quando a gente foi preso, havia mais de cem pessoas lá dentro. Então, aquilo era uma espécie de um açougue. Os caras chegavam e falavam ‘Olha meu amigo, não adianta você resistir. Que tipo de atitude você vai ter? O que é que você vai conseguir evitar?’. Isso era algo que não tinha manual nenhum.

Z- Em entrevista à revista *Imprensa*, você afirmou que o grupo *Globo* e a *CartaCapital*, de Mino Carta, “tratam bem o governo Lula”. Como você avalia as grandes publicações, na cobertura da crise política atual?

PM- Os meios de comunicação podem querer derrubar ou apoiar uma presidência, um governo, ou seja lá o que for. O que eu acho que é complicado é quando isso começa a ser feito pra ganhar leitor, e às vezes as revistas fazem isso, ou melhor, os próprios jornalistas. O cara precisa dar o furo. Bom, peraí, pode dar o furo se existir o furo. Se você começar a inventar, não é um bom negócio. Então, eu acho que há os exageros na cobertura, mas, de um modo geral, eu acho que esse não é o problema. O problema é, primeiro, a gravidade das besteiras que o PT cometeu, isso é grave, a coisa de ter pisado na bola do jeito que pisou. E, segundo, essa sensação de que os jornalistas são o bem e que o governo de qualquer partido são o mal, e não é bem assim. Tem os interesses comerciais, tem a busca da notoriedade, a disputa da concor-

“Só tinha censores no Estadão”

rência. Isso tudo faz com que o jogo seja mais complicado. Muitas vezes a imprensa cobre mal o governo, qualquer governo, porque não sabe como funciona, e às vezes a gente fica muito na fofoca, também. O engraçado é que, quando o PT era oposição, ele fazia esse jogo com a maior competência, e agora acha que os outros não podem fazer mais. Eles estão provando do próprio veneno. Se você for examinar, quem se prestou ao papel de dar munição pra *Veja*, na época do *impeachment* do Collor, foi o Zé Dirceu. Eu não me lembro bem qual é o episódio, tem no meu livro *O sapo e o príncipe*; era um determinado documento, que era pra ser sigiloso, e que ele solicitou e entregou pra *Veja*. Era uma parceria *Veja*-Zé Dirceu. E o que mudou hoje? Mudou que o Zé Dirceu trocou de balcão. Hoje a revista faz isso com outros caras, e amanhã vai fazer com outros. Em busca do quê? De melhorar o país, será? Ou é de vender mais revista, de ter mais publicidade? E o Zé Dirceu, fez por quê? Pra melhorar o país ou pra derrubar o governo que ele era contra? Então, o jogo é esse.

Z- Você coordenou a campanha de Mário Covas, em 1990, e trabalhou na agência de Duda Mendonça para a campanha de Lula, em 2002. O que o levou a trabalhar com o marketing político e como separá-lo do jornalismo?

PM- Olha, além do desafio profissional e do fato de ser bem remunerado, eu, de alguma forma, achava que esses eram bons candidatos. E o que me levou a desistir disso foi, justamente, essa certeza que isso não é compatível com o jornalismo. Eu fiz essas duas experiências, e tive mais algumas, sempre quando eu não estava em algum veículo de comunicação. Eu não acho que dá pra combinar, entendeu? Marketing político é uma atividade, e jornalismo é outra, não dá pra misturar. E eu achei que, depois de 34 anos de jornalismo e menos de dois de marketing político, não tinha porque trocar um pelo outro. Acho difícil eu voltar a fazer a fazer isso. Nunca digo impossível; a gente nunca sabe o que vai acontecer no dia seguinte. Eu vivo do meu trabalho, então, se eu não estiver trabalhando em lugar nenhum, e precisar fazer uma campanha política, talvez eu faça. Mas abrir mão do espaço que eu conquistei ao longo da profissão pra fazer isso, eu acho difícil.

Z- Como você vê o possível envolvimento do Duda Mendonça nos casos de corrupção?

PM- A questão é a seguinte: que existe caixa 2 em campanha política, não resta a menor dúvida. 99,9% das campanhas, pra não dizer 100%, são feitas com caixa 2. Se isso significa corrupção ou não...

Z- É ilegal...

PM- Sim, logicamente é. Mas eu digo, esse dinheiro pode vir de duas fontes. De um lado, através de desvio direto de dinheiro público governamental; você tem lá a conta do Correio ou do Banco do Brasil e desvia uma parte da grana, dizendo que vai fazer um negócio e não faz. Do outro lado, pode ser alguém, de alguma empresa, que dá o dinheiro do bolso em troca de alguma coisa. Essa troca pode ser pro futuro. Normalmente, essas empresas trabalham da seguinte maneira: elas dão 100 mil - ou 100 “qualquer coisa” - reais pro candidato A, 50 pro B e 10 pro C. Se o C ganhar, elas podem dizer “Olha, eu te ajudei também”. E todo esse dinheiro, em muitos casos, é dinheiro de caixa 2. E elas dão em troca do que? Do interesse que elas têm de que o governo seja favorável aos seus interesses, ou aos interesses do capitalismo, ou da civilização ocidental e cristã, seja o que for. Essa é a regra. No caso do Lula é que se desvendou o processo. Mesmo se a investigação fosse feita em relação à boa parte das empresas que trabalham com marketing político no país, com certeza o resultado não seria muito diferente no que toca o mecanismo, talvez em termos de valores. A questão grave é saber, nesse escândalo do PT, se houve realmente, esse tipo de desvio de dinheiro público direto, como parece supor essa história, por exemplo, dos fundos de pensão.

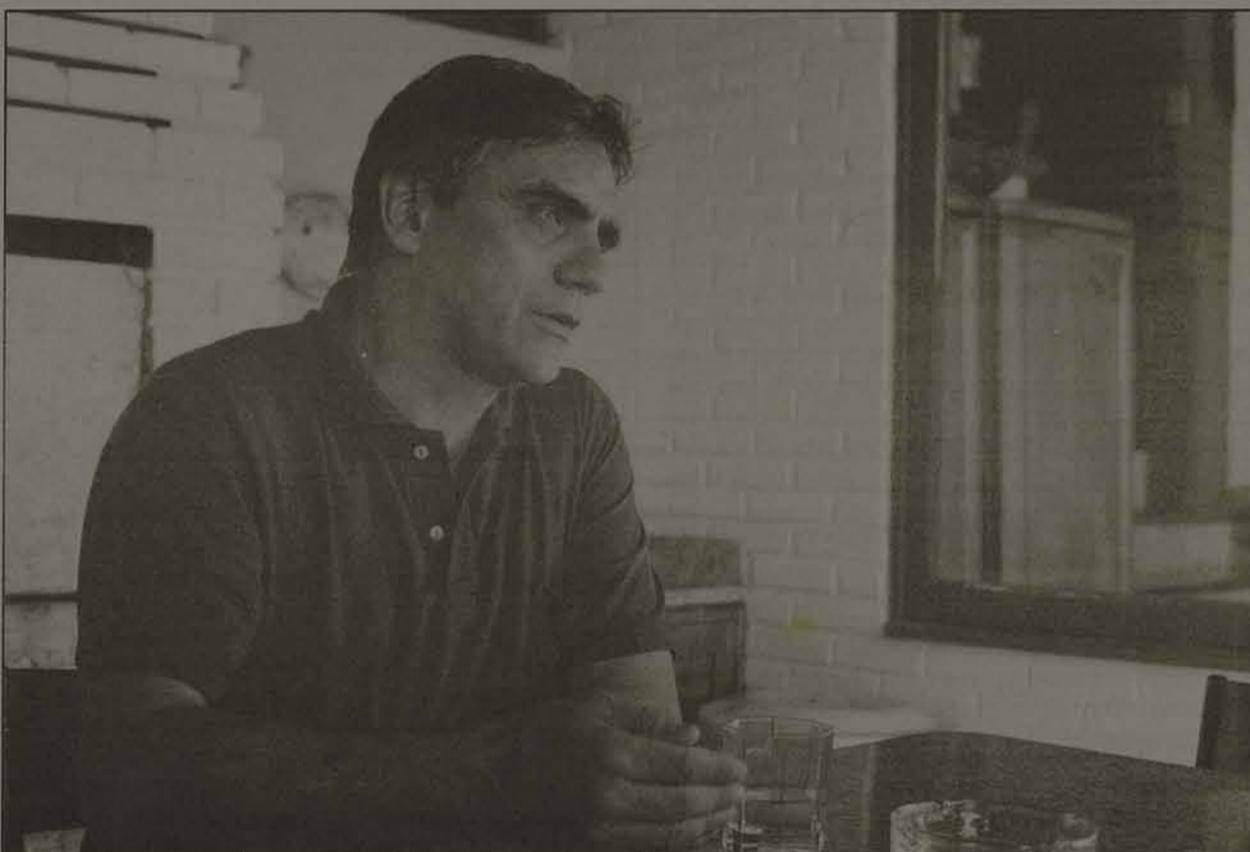
Z- Você acha que o financiamento público das campanhas seria um meio de solucionar esse problema?

PM- Eu não tenho certeza que isso vá resolver o problema. Porque eu fico pensando, vai ter o financiamento público. Como é que vai se impedir que tenha o financiamento público e o caixa 2? O caixa 2 é clandestino; ilegal; dinheiro que você dá por baixo do pano. Que alguma coisa tem que

ser feita, acho que tem que ser feita urgentemente. Uma boa proposta, que é muito antiga, do Mário Covas, é a de acabar com o marketing político, ou pelo menos com essa “super produção” do marketing político. Você pega um estúdio, com uma equipe de câmeras, cada candidato se senta lá e começa a falar sobre determinado assunto. Hoje sobre saneamento, amanhã sobre abastecimento, e assim por diante, e aí o eleitor julga quem achou melhor. A proposta nunca foi aceita, por nenhum candidato.

Z- É evidente a polarização da política atual: PT/PSDB, Lula/FHC, com acusações e troca de farpas dos dois lados. Em seu recente livro *O sapo e o príncipe*, você explora a trajetória política dos dois personagens. Quais foram as principais dificuldades em abordar duas histórias tão antagônicas?

PM- Foram duas. Uma era tentar ser equilibrado. Quando você tem uma porção de histórias, fatos e episódios sobre a vida de dois caras que tiveram essa importância, e tal, você não vai poder publicar tudo, tem que selecionar. Como é que seleciona? O que você vai pôr de um e do outro? Tem que ter cuidado com isso aí. A segunda dificuldade foi que o Lula não me deu entrevista, prometeu e não deu. Com o Fernando Henrique eu conversei várias vezes, antes e depois de ele ter saí-



Ditadura às avessas: “Lá no DOI-CODI disseram que um dia o Golbery ia chegar lá e iam pendurar o cara no pau-de-arara”

do da presidência. Agora, o Lula prometeu e não cumpriu. Isso atrapalhou no sentido de determinados bastidores não serem exatamente revelados ou explicados. Na verdade, o que eu procurei fazer foi um livro pra quem não entende de política, não se interessa por política, mas que tem curiosidade de conhecer melhor esses personagens tão emblemáticos. Foi um trabalho muito difícil, muito cansativo, mas eu até fiquei razoavelmente satisfeito porque, volta e meia, vinha gente que dizia ‘Pô, se eu tivesse lido o teu livro, eu não teria votado no Lula’ ou então ‘Os caras que leram o teu livro sabem por que devem votar no Lula’. De alguma forma,

eu tentei ser, a palavra não é boa, mas eu tentei ser ‘honesto’ no sentido de simplesmente juntar as informações que eu considero relevantes sobre os dois e sobre o Zé Dirceu e o (Pedro) Malan, que eram os personagens complementares. Ele não tem a pretensão de ser uma interpretação dos fatos, ou uma análise sociológica ou política: é uma reportagem. Deu bastante trabalho, tinha hora que eu queria desistir. Escrevi três vezes o livro, que acabou ficando bem grande, porque eu sempre sentia que faltava coisa, entende? E, ao mesmo tempo, ficava essa questão: já que é um livro pra não-iniciados, até onde você tem que ir, na explicação de determinadas coisas ou processos? Com certeza, esse período que a gente vi-

veu do governo FHC, e o que a gente vive atualmente, do governo Lula, vai merecer trabalhos mais aprofundados, feito por gente com mais competência. Eu não quis fazer isso, quis fazer uma coisa que é a tal da grande reportagem, que a imprensa dificilmente proporciona. Acho que deu pro gasto.

Z- Você trabalha na TV Cultura, emissora pública que responde ao Estado de São Paulo. É possível exercer um jornalismo livre de influências do poder público?

PM- Eu acredito que é possível se você tiver, como a TV Cultura tem, um conselho curador, que é quem determina o caminho que a emissora vai tomar, e que é formado por uma grande quantidade de representantes da sociedade, de universidades, etc. E é também um processo de construção que demora. O Roda Viva, por exemplo, tem 19 anos, e já passou por lá uma porção de gente: quatro mil jornalistas como entrevistadores, 14 mediadores, mais de mil entrevistados. Então, se você olhar o conjunto do programa, ele tem esse equilíbrio. E vem melhorando, no sentido que, nos últimos anos, a Cultura tem conseguido ter cada vez mais autonomia. No tempo do Maluf ela era muito submetida, mas não tinha um Roda Viva naquele tempo, por exemplo. É um processo que demora, e eu acho arriscado você apresentar qualquer pro-

duto ou qualquer veículo como o sendo o ‘sal da terra’. Só lá é que é bacana e o resto não é bacana. Não é bem assim, o que a gente se esforça pra fazer, e eu tenho inclusive uma equipe que batalha muito por lá, é um programa equilibrado, que permite que várias correntes de opinião se manifestem, que fala de política, de economia, de esporte, de cultura, dando uma hora e meia pra um tema por semana. O grau de autonomia que a gente tem é incomum em relação ao que se passa no resto da mídia, e a gente preza muito essa autonomia. Eu imagino que eu não toparia fazer o que eu faço se não tivesse isso. Inclusive, eu passo a semana fora de casa pra fazer o programa, e certamente não ganho um salário compatível com os colegas de outras emissoras que fazem programas do gênero, porque a TV Cultura tem dificuldades de recursos e tal. Mas, ainda sim, é o programa de maior repercussão e representa o maior faturamento da emissora, e a gente vem tentando fazer com que ele tenha mais repercussão e mais audiência sem abrir mão dos seus compromissos. A gente gosta de discutir questões importantes, né? Seria muito fácil fazer um programa de audiência e levar lá o cara que está na capa dos bonitos e famosos, ou quem está nas paradas de sucesso e tal. Mas a gente só vai levar se achar que essa pessoa tem o que dizer, e isso não termina nunca, essa coisa de você examinar sempre quem vai ser o próximo entrevistado, como conseguir as pessoas. Muitos que a gente gostaria de levar não aceitam o convite, outros a gente sempre tenta pôr no programa e acaba não conseguindo. Dá trabalho.

“A prisão parecia um açougue”

Z- Foi essa autonomia do Roda Viva que fez o programa perdurar por tanto tempo?

PM- Eu acho que foi o fato de ele ser de uma TV pública, e que foi sendo construído aos poucos. Ele nasceu em 86, já no governo Sarney, depois da abertura e da redemocratização, e tem essa fórmula única que não existe no mundo, esse formato circular, essa mistura de entrevistadores. Pra quem faz, não é fácil. Às vezes, eu adoraria que o programa fosse pra um determinado caminho, e não consigo; não dá pra comandar seis pessoas. Até porque, muitas vezes, o entrevistado está de costas, e eu não consigo nem interferir.

Z- De todos os programas que você realizou dentro do Roda Viva, qual foi ou quais foram os de maior relevância?

PM- Indiscutivelmente foi a entrevista do Lula, por ter sido a primeira depois de um longo período nessa crise toda. Mas eu diria que a minha lista dos melhores programas é muito misturada. O Paulo Vanzolini, compositor e biólogo, o Paulo César Pinheiro, cantor e compositor de música popular, uma mulher chamada Ana Mae Barbosa, que é uma arte-educadora (e esse programa já deve ter sido há uns cinco ou seis anos atrás), o Domenico de Masi, pela repercussão que deu. Recentemente, eu também fiz um ótimo programa com o Eduardo Giannetti, sobre o novo livro dele, que tem idéias muito interessantes sobre os juros. Eu acho que, às vezes, não é aquele programa que vai dar a manchete do dia seguinte. Em perspectiva, você muitas vezes vê figuras, não necessariamente as mais badaladas, mas que têm muita coisa pra dizer. Eu estou lançando, agora em fevereiro, três volumes das 60 melhores entrevistas do ‘Roda Viva’ transformadas em livro, o melhor do ‘Roda Viva’. Um sobre poder, um internacional e um sobre cultura. E poderiam ter outros oito volumes desses, com mais umas duzentas entrevistas feitas por mim, feitas por outros colegas principalmente, que são muito legais, muito interessantes e muito boas de ler; elas sobrevivem bem num formato texto. Já determinadas entrevistas que são muito boas de assistir, quando você vai ler não sobrevivem às vezes, porque a pessoa não fala bem, etc. Tem umas que são mais televisivas que analíticas.

Z- Como você comentou, o episódio que teve o presidente Lula como entrevistado, coincidindo com o fato de ser o milésimo programa, teve uma grande repercussão, sendo inclusive exibido em outras mídias. Como você analisa essa repercussão?

PM- Nunca houve na televisão brasileira um programa com tanta repercussão. E a explicação é simples, não é mérito do programa. O nosso mérito foi só por ter conseguido a entrevista, e eu enchi a paciência dos caras. Teve gente que colocou em dúvida em que condições nós negociamos a entrevista. Não houve condição. O fato foi que eu insisti muito, eu tentei todos os caminhos possíveis pra chegar até o Lula. Obviamente eu tinha uma boa relação com ele, construída em muitos anos de convivência profissional, e isso pesou. Mas, mais do que tudo, ele decidiu falar, e isso se juntou com o fato que a gente tava lá insistindo, “olha, tem que ser o Roda Viva, é uma TV pública e tal”. Acho que, nesse sentido, superou todos os defeitos que o programa teve, do ponto de vista

técnico, o lugar onde foi gravado, a condição do áudio, o enquadramento, uma porção de erros que eu cometi nesse processo que pouco importaram, em função dele ter falado.

Z- Como você acha que foi o desempenho do presidente no programa?

PM- Acho que ele se saiu bem. Você não vai encontrar um brasileiro que avalie a entrevista dele sem o envolvimento emocional que está dividindo o país; quem é a favor e quem é contra o Lula, quem é a favor do PT ou contra, ou contra o PSDB, PFL e companhia. Abstraindo isso, ou pelo menos tentando, acho que ele enfrentou as perguntas, defendeu um discurso e estabeleceu uma linha de argumentos que vai utilizar durante a campanha. E, de outro lado, a oposição tem um grande arsenal de questões a serem abordadas na campanha, e esse programa vai aparecer do começo ao final. Agora, o grande fato é que seria completamente impossível para um presidente, numa democracia e para uma campanha de reeleição, passar sem enfrentar a imprensa. E isso ele está começando a fazer. Só é possível se você botar algum tipo de censura, ou de populismo, sei lá qual é a saída. Então, isso foi um marco, que obviamente tem tudo a ver com o programa ter chegado ao número 1000. Se fosse o terceiro programa da série do “Roda Viva”, claro que nós não íamos conseguir.

Z- Quais são os planos para o programa no futuro?

PM- O primeiro plano é o Roda Viva internacional, gravado fora do Brasil. Nós estamos tentando alguns nomes, e o primeiro da lista é o Fidel Castro. Mas também tem o Nelson Mandela, a Condoleezza Rice, e outros com esse porte aí.

Z- Um pouco como foi com o Hugo Chávez, recentemente?

PM- Exatamente. Mas o Hugo Chávez veio pra cá. Esses caras aí a gente não consegue trazer, o programa que tem que ir pra lá, e isso custa caro. É muito difícil conseguir a agenda dessas pessoas. Eu estive na Argentina esse ano tentando falar com os assessores do Kirchner. Ele nunca deu entrevista pra jornalista estrangeiro, e eu fui insistindo mesmo assim. Pode ser que um dia eu consiga, e aí vão dizer que eu negocie com ele pra fazer a entrevista. Mas enfim, esse é um plano. O outro é aumentar a interatividade do programa. Nós vamos ter, provavelmente a partir de fevereiro, uma transmissão pela internet, com chat ao vivo pra que os internautas participem,



“Quem resiste à tortura pode ser herói, não uma pessoa normal”

“Duvidaram da condição da entrevista com Lula. Não houve condições prévias”

PM- Bom, olha pra trás (vista do terraço da casa de Markun, para a praia de Santo Antônio de Lisboa). A gente veio morar aqui em 89. Eu vendi a revista *Imprensa* e fiquei um ano morando no Cacupé, e foi muito legal, tem uma qualidade de vida muito agradável e tal. E, quando os meus filhos estavam entrando na adolescência, eu e a minha mulher, a Tatiana, decidimos que, ou a gente mudava naquela ocasião, ou quando eles tivessem passado já pela adolescência, e achamos melhor ir antes. Florianópolis tem um slogan engraçado, eu sempre me rebelo contra ele, mas hoje eu entendo: ‘Florianópolis vale a pena’. Vale a pena mesmo, porque na verdade a cidade tem um monte de defasagens, principalmente do ponto de vista cultural, que são difíceis. Mas, ao mesmo tempo você tem uma qualidade de vida muito legal. Eu sinto falta de cinema, teatro, show de música, biblioteca. É uma vergonha uma cidade não ter nem biblioteca nem esgoto, é de lascar. 10% do nosso esgoto é tratado, o resto vai pro mar. E aí você vai pra biblioteca e não tem nenhum livro, nada. A da UFSC, então, é o maior escândalo que eu já vi. Em julho, ela funciona de segunda à quinta de tarde, e na sexta-feira de manhã, para os funcionários poderem ir à praia de tarde. Só pode ser, qual é a explicação? Então, é uma pena.

Entrevista por Cauê Oliveira, Gustavo Bonfiglioli e Laura Dauden

RESENHA: Meu querido Vlado

Trajatória de Vlado Herzog se confunde com história do Brasil

Passaram-se trinta anos e ainda não sabemos quem matou Vladimir Herzog, porém, quem não vivenciou a ditadura militar, pode aprender sobre um dos momentos mais obscuros da história do Brasil, especialmente aos jornalistas contrários ao regime, no livro *Meu querido Vlado* lançado há alguns meses.

Apesar da superficialidade na narrativa de alguns acontecimentos, o livro do jornalista e apresentador Paulo Markun é uma ótima referência para jovens que ainda não haviam nascido. Primeiramente, seria concebido em forma de cartas do autor para o colega de trabalho que morreu nos porões da ditadura. Entretanto, as referências aos vários personagens que fizeram parte da vida de Vlado resumiram o livro a notas de rodapé. Markun optou por uma narrativa em ordem cronológica desde o seu nascimento na Iugoslávia até



as conseqüências da sua morte. O relato é de uma visão bem pessoal e trata o fato como uma história contada por um amigo que sente falta dos ideais do jornalista que após sua morte desencadeou a distensão política e início do fim da ditadura militar.

Pode-se ler toda a trajetória desse estrangeiro que tomou o Brasil como país natal após a fuga da Segunda Guerra Mundial na Europa. A sua educação na infância e adolescência no Rio de Janeiro que o direcionaram ideologicamente. O curso de Filosofia, os primeiros empregos, os tempos que passou em desespero em Londres querendo voltar ao Brasil, até o fim quando ele era editor-chefe do telejornal *Última Hora* na TV Cultura. Também são debatidas as prováveis causas da morte do jornalista. Por que ele? Em que circunstâncias? E se existia algum fundo político por trás de sua morte, já que Vlado era empregado de uma TV pública e não

servia aos interesses do Estado, o que irritava alguns generais criando atrito no governo, tanto em nível estadual, como federal.

Além da história de Vlado, também há relatos de prisões de diversos jornalistas, entre eles o autor do livro, contando os casos de tortura sofridos por eles. Markun fala muito da luta dos estudantes universitários e de seu tempo de batalha contra o regime militar para mostrar os sonhos de sua geração.

A publicação vale por alguns textos de autoria de Herzog em que se trata o jornalismo e os modos de interagir com o público. A participação e pesquisa com nomes como Zuenir Ventura, Luiz Weiss, Rodolfo Konder também contribuem muito para o livro. É o resgate da história e trajetória de um grande homem, com o trato pessoal do autor, e a batalha ideológica de uma geração que sonhava com um mundo diferente e queria mudá-lo.

Cauê Oliveira



Palam Mohan / Getty Images

ZERO



Fil Hemmar - Owen Fortag / Getty Images

Aquecimento mundial acelera degelo: Urso polar ilhado em Svalbard



Michael Appleton - New York Daily News

Estragos do Katrina em New Orleans publicada pelo New York Daily News



Chris Heaton / Getty Images

A criança chora os pais mortos por patrulha americana em Tal Afar, Iraque



Daniel Brito / Greenpeace International

A maior seca da Amazônia registrada para o Greenpeace Internacional

WORLD PRESS PHOTO



John G. Matanga / European Photo Agency

Incomum (e muito dolorido) acidente da atleta Chelsea Davis em Montreal



Henry Agudelo - El Colombiano

Dia do touro em arena em Medellín, Colômbia, publicada pelo diário El Colombiano



David Guttenfelder / Associated Press

Pai paquistanês comunga dor do filho em acampamento de Muzaffarabad